

CRISTINA SILVA SCHEIDT

**OS EFEITOS DA EDUCAÇÃO NO COMBATE À POBREZA NO
ESTADO DO PARANÁ**

Monografia apresentada como requisito parcial a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, do curso de Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Maurício Aguiar Serra.

**CURITIBA
2005**

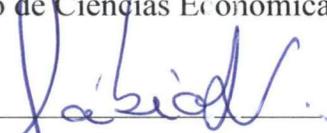
TERMO DE APROVAÇÃO

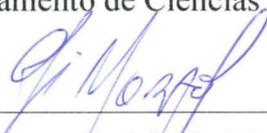
CRISTINA SILVA SCHEIDT

OS EFEITOS DA EDUCAÇÃO NO COMBATE À POBREZA NO ESTADO DO PARANÁ

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:


Orientador: Prof. Maurício Aguiar Serra
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.


Prof. Fábio Dória Scatolin
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.


Prof. Gustavo Inácio de Moraes
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.

CURITIBA
2005

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito deste trabalho...

- Agradeço aos meus pais, irmão e familiares, pelo apoio em todos os momentos;
- Meus amigos, pelo incentivo;
- Ari Stechman Neto e sua família, pela paciência e carinho;
- Meu orientador, Professor Maurício Serra, pela dedicação;
- Professor Gustavo Inácio de Moraes, por sua atenção oferecida.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	iii
LISTA DE GRÁFICOS.....	v
RESUMO.....	vi
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	3
2.1. ECONOMIA DO CONHECIMENTO E A TEORIA DO CAPITAL HUMANO.....	3
2.2. MENSURAÇÃO DA POBREZA.....	10
2.3. BREVES CONSIDERAÇÕES.....	20
3. PARANÁ: CONDIÇÕES SOCIOECONOMICAS E O SETOR EDUCACIONAL.....	22
3.1. MUDANÇAS NO ESTADO PARANAENSE NA DÉCADA DE 70.....	22
3.2. PANORAMA SOCIAL DO PARANÁ A PARTIR DA DÉCADA DE 80.....	25
3.3. O SETOR DE EDUCAÇÃO NO PARANÁ.....	34
3.3.1. QUADRO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO.....	34
3.4. BREVES CONSIDERAÇÕES.....	44
4. EDUCAÇÃO COMO FATOR DE REDUÇÃO DA POBREZA NO ESTADO.....	45
4.1. EDUCAÇÃO E POBREZA.....	45
4.2. METODOLOGIA.....	47
4.3. REGRESSÕES E RESULTADOS OBTIDOS.....	49

4.4.	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS.....	53
4.5.	BREVES CONSIDERAÇÕES.....	54
5.	CONCLUSÃO.....	55
	BIBLIOGRAFIA.....	58

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO – 1991 e 2000 – PARANÁ.....	26
TABELA 2 - POPULAÇÃO RESIDENTE - PARANÁ – 1970, 1980, 1991, 1996, 2000.....	27
TABELA 3 - PERCENTUAL DE OCUPADOS COM CARTEIRA ASSINADA – PARANÁ – BRASIL.....	29
TABELA 4 - MÉDIA DA RENDA DOMICILAR PER CAPITA – PARANÁ – BRASIL – R\$ DE 2001.....	30
TABELA 5 - PORCENTAGEM DE PESSOAS COM RENDA PER CAPITA ABAIXO DE R\$ 37.75 E RENDA PER CAPITA ABAIXO DE R\$ 75.50 – PARANÁ.....	30
TABELA 6 - RENDA MÉDIA DOS POBRES E INDIGENTES – PARANÁ – R\$ DE 2001.....	31
TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS, POR DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA, PARANÁ, 1991, 1995, 2003.....	35
TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS, POR DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA, PARANÁ, 1991, 1995, 2003.....	36
TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO SUPLETIVO, POR DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA, PARANÁ, 1995, 1998, 2003.....	36
TABELA 10 - ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO.....	37
TABELA 11 - TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE.....	39
TABELA 12 – TAXAS DE APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO – 1998 – PARANÁ.....	40

TABELA 13 - TAXAS DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO – DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA ESTADUAL – PARANÁ – 2000.....	41
TABELA 14 - NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES EXERCENDO ATIVIDADES EM SALA DE AULA – PARANÁ.....	42
TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA FAMÍLIA - PARANÁ – 2000.....	46
TABELA 16 - REGRESSÃO, POBRES ANO 1991.....	50
TABELA 17 - REGRESSÃO, POBRES ANO 2000.....	51
TABELA 18 - REGRESSÃO, INDIGENTES, ANO 1991.....	52
TABELA 19 - REGRESSÃO, INDIGENTES, ANO 2000.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - CURVA DE LORENZ.....	19
----------------------------------	----

RESUMO

Esta monografia tem o objetivo de analisar os efeitos da educação na redução da pobreza no estado do Paraná. Para tanto, apresentou-se o quadro socioeconômico do Paraná, enfatizando o seu nível de pobreza e, ao mesmo tempo, a situação de seu setor educacional. A relação entre educação e pobreza foi verificada por meio do modelo econométrico do Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Neste sentido, as regressões foram efetivadas, indicando que a educação pode gerar efeitos positivos na redução da pobreza no Estado. Constatou-se que o Paraná obteve melhorias nas condições sociais da população, assim como no setor da educação, principalmente na década de 90. Entretanto, ainda há muitas regiões com pessoas vivendo em péssimas condições sociais, sendo a educação um fator de fundamental importância no combate à pobreza.

Palavras-chave: educação, pobreza, capital humano, Paraná.

1. INTRODUÇÃO

Um tema muito discutido no Brasil, atualmente, é o problema da pobreza. Com o intuito de combatê-la, muitas políticas são adotadas, porém com resultados pouco significativos ou apenas temporários. Atingindo todos os estados brasileiros, a pobreza possui vários fatores que são apontados como sendo determinante para sua geração ou crescimento, como por exemplo: a falta de investimentos em áreas de saúde, infra-estrutura, saneamento, etc. Estes, se superados, poderiam alavancar o desenvolvimento econômico e assim reduzir a pobreza no país.

Entretanto, na última década, um setor que tem avançado consideravelmente é o da educação. Estudos realizados por estudiosos do assunto, como por exemplo os trabalhos de Ricardo Paes de Barros, revelam um forte vínculo entre educação e desenvolvimento. Neste sentido, a educação surge como um fator essencial. Um dos seus objetivos centrais é promover o desenvolvimento sócio-econômico e combater a pobreza. As pesquisas comprovam, também, que há uma forte correlação entre nível de escolaridade e salários. Indivíduos com anos de escolaridade adicionais são engajados no mercado de trabalho com maior facilidade, além de obterem melhor remuneração. Assim, a grande desigualdade educacional no país explicaria a concentração de renda existente.

No Paraná, a questão da educação também tem sido discutida. Ainda há, no Estado, muitas regiões onde os indivíduos vivem em condições precárias. Destes lugares, observam-se defasagens, absoluta e relativa, na escolaridade da população. Assim, esta heterogeneidade da escolaridade poderia explicar, em parte, a pobreza nestes lugares.

Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da educação na redução e no combate à pobreza no estado do Paraná. Desta maneira, será verificada a desigualdade social e o atual nível socioeconômico da população paranaense, assim como suas transformações nos últimos anos, analisando o nível de pobreza do Estado. Será examinado, também, o quadro da educação no Paraná e a evolução

deste setor. Verificados o nível socioeconômico e educacional paranaense, será apresentada a relação existente entre educação e pobreza. Para a realização desta análise, será utilizado um modelo econométrico, para poder, empiricamente, mostrar os efeitos do aumento dos anos de estudo da população no seu nível de pobreza. Para tanto, também são incluídas no modelo outras variáveis, as quais poderiam, assim como a educação, explicar a parcela de pobres da população.

A monografia está dividida em 3 capítulos, além da introdução. O primeiro apresenta o referencial teórico, no qual o presente trabalho está baseado. É apresentada a teoria do capital humano, e, posteriormente, as diferentes formas de mensuração da pobreza, baseadas nos estudos de especialistas do assunto. No segundo capítulo, é esboçado o quadro socioeconômico do Paraná, enfatizando sua pobreza, e verificado a situação do setor educacional no Estado. No último capítulo, é realizada uma análise dos efeitos da educação no combate à pobreza no Paraná, através de um modelo econométrico.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Muitas pesquisas indicam a existência de uma forte correlação entre educação e desenvolvimento econômico. Neste sentido, o papel do chamado “capital humano” se torna essencial para o desenvolvimento do país, assim como para redução da desigualdade econômica existente e, conseqüentemente, da pobreza.

Visto que o objetivo da monografia é analisar os efeitos da educação no combate à pobreza, na primeira seção deste capítulo serão apresentados modelos teóricos, que destacam a importância da educação para o crescimento da economia, assim como seu impacto no nível de pobreza. Na segunda seção, serão esboçados conceitos referentes à pobreza e suas diferentes formas de mensuração, citadas pelos estudiosos do assunto.

2.1. ECONOMIA DO CONHECIMENTO E A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

Desde 1960, o mundo tem passado por rápidas modificações de cunho social, econômico e tecnológico. O fenômeno da globalização expandiu o comércio entre países, levando à internacionalização das empresas.

Com a mundialização do comércio, a competitividade empresarial se torna mais acirrada. Logo, as empresas começam a buscar alternativas para conquistar novos mercados, com o intuito de se manterem competitivas. Mudanças na estrutura da produção se tornam indispensáveis para as empresas poderem melhorar sua qualidade e, simultaneamente, reduzirem seus custos.

Neste contexto, o modelo fordista de produção perde forças. Nele, a iniciativa do trabalhador se restringia à execução das tarefas na forma e no tempo planejado. Além disso, o cumprimento de sua função era supervisionado e cronometrado. A criatividade e espontaneidade do trabalhador eram fatores dispensados. As empresas, no novo paradigma produtivo, buscam força de trabalho intensiva em

informações e conhecimentos. Priorizam os indivíduos que consigam acompanhar as inovações tecnológicas, assim como aplicá-las no processo produtivo, elevando a produtividade das empresas.

É neste cenário de transformações, que se desenvolve a Economia do Conhecimento, especialmente nos países avançados economicamente.

Estas mudanças vêm surgindo de uma profunda transformação na economia global. Enquanto os países do Terceiro Mundo passam pelo processo de industrialização, as economias desenvolvidas da Europa Ocidental, América do Norte e Japão são rapidamente transformadas em economias pós-industriais baseadas em conhecimentos. (CRAWFORD, 1994, P. 15)

Ou seja, é uma economia de processamento de informações, na qual computador e telecomunicações são elementos essenciais, uma vez que proliferam recursos de informação e conhecimento. (CRAWFORD (1994, p. 20).

A Sociedade do Conhecimento difere da Sociedade Industrial em função da educação ter um papel crucial numa economia impulsionada pelo conhecimento científico e pela pesquisa.

De acordo com CRAWFORD (1994, p. 24):

As ferramentas que incrementam a produtividade na nova economia do conhecimento são os computadores, telecomunicações avançadas, a robótica, biotecnologia, ciências dos materiais, tecnologia a *laser*, e tecnologia em energia. Estas novas tecnologias capacitaram os fazendeiros a produzirem mais alimentos com menor número de trabalhadores; industriários a fabricarem produtos melhores com menor número de horas trabalhadas, menos material e menos energia; e uma variedade de serviços que passaram a ser prestados com menos pessoas e menos dispêndio de energia.

Assim, o incremento da produtividade gerou rendimentos mais altos para o empresário. Com o objetivo de gerar mais lucros, ele investe em mais inovações e mais tecnologia dentro de sua empresa. Assim, a busca da produtividade, dos lucros e da competitividade, por parte das empresas, gera inovação, o que resulta em profundas mudanças dentro da sociedade.

Na nova modalidade econômica, o capital humano passa a ser o recurso fundamental. O homem se transforma em coletor de informações, num conceito inclusivo de “cultura”.

“Nesta nova economia, informação e conhecimento substituem capital físico e financeiro, tornando-se uma das maiores vantagens competitivas nos negócios; e a inteligência criadora constitui-se na riqueza da nova sociedade”. CRAWFORD (1994, p. 15). Ou seja, o elemento central da produção, que antes era focado nos bens de capital e matéria-prima, passa a ser o conhecimento. As máquinas, que antes substituíam os trabalhadores, passam a complementar a capacidade mental deles. Segundo TEIXEIRA (2005): “Pretende-se que, na nova fase das organizações, os problemas sociológicos clássicos – o trabalhador como apêndice da máquina, o trabalhador como escravo dos produtos do seu trabalho, e o trabalhador sem possuir verdadeiramente os frutos do seu trabalho – sejam superados.”

Assim, o conhecimento, definido como a capacidade de aplicar informação a um trabalho de maneira produtiva, é considerado uma forma de capital. A aplicação deste capital gera riqueza. Ego, conclui-se que o investimento em educação, a melhora no nível de especialização dos trabalhadores, assim como o incremento das competências e habilidades adquiridas no trabalho, pelo processo de acumulação de conhecimento e treinamento por parte da empresa, são fatores fundamentais para o crescimento econômico do país.

É importante destacar também, que o desenvolvimento do conhecimento é um pré-requisito para o desenvolvimento da tecnologia. Ou seja, a disseminação do conhecimento produz, como consequência, a elevação da taxa de mudança tecnológica, resultando em inovações. Estas elevam a produtividade, indispensável para o crescimento da economia, melhor distribuição da renda e redução da pobreza.

Portanto, na Economia do Conhecimento, o capital humano passa a ser o elemento fundamental para o crescimento das economias mundiais.

De acordo com SANDRONI (2002, p. 80), capital humano é definido como “Conjunto de investimentos destinados à formação educacional e profissional de

determinada população”. “O termo é usado também para designar as aptidões e habilidades pessoais que permitem ao indivíduo auferir uma renda”. SANDRONI (2002, p. 80).

Embora alguns economistas, como Adam Smith e Marx, citassem a importância do capital humano e o aperfeiçoamento da força de trabalho aliada ao aumento da produtividade, somente na década de 1960 esta questão obteve destaque. Até então, o aumento da produtividade era explicado por outros fatores, como por exemplo: intensificação do trabalho, capacidade gerencial e política econômica eficiente.

TEIXEIRA (2005, p. 4), afirma que a teoria do capital humano “é uma derivação da teoria econômica neoclássica, e seu ressurgimento, em parte, se deve à crise do modelo taylorista e, por outro lado, à redefinição das relações de trabalho e do papel do sistema educacional”.

AEMEIDA e CARVALHO (2000) afirmam que a teoria do capital humano teve início a partir dos trabalhos de Theodore Schultz, realizados nos Estados Unidos, devido às preocupações recentes com gastos que estavam sendo destinados à educação e seu possível retorno para o crescimento econômico do país. Em 1961, Schultz publicou o livro “Investimento em Capital Humano”, o qual formalizou a teoria e obteve repercussão mundial. Desde então, muitos estudiosos têm desenvolvido trabalhos a respeito de capital humano. Entre eles, se destaca Gary Becker, vencedor de Prêmio Nobel em 1992, que segundo CATTANI (2005), “...valeu-se da Teoria do Capital Humano para explicar e justificar as diferenças de salários como sendo responsabilidade dos próprios trabalhadores”. Para Becker, quanto mais o indivíduo investisse na sua formação, maior seria sua produtividade e mais valor ele adquiriria no mercado. Ou seja, quanto maior a escolaridade de um indivíduo, mais conhecimento seria acumulado, maior seria sua produtividade dentro da empresa e, conseqüentemente, mais elevado seria seu salário. Também, o indivíduo com nível educacional mais elevado teria mais chances de se inserir no mercado de trabalho. O autor afirma também que, por serem desigualmente dotados,

alguns indivíduos teriam mais dificuldades do que outros, podendo levar mais tempo e exigir mais esforço para a sua formação. Sendo a escola neutra, a decisão de continuar nos estudos seria pessoal.

Para CRAWFORD (1994, p. 34):

Seres humanos – seus corpos, habilidades e conhecimento – são parte de um estoque de capital do mundo. Embora possa parecer muito frio e desumano referir-se a pessoas como capital, considere a expressão popular “Os ativos desta empresa descem pelo elevador à noite”.

A Teoria do Capital Humano de Schultz enfatizava a idéia da educação como uma espécie de capital. Assim, a educação aperfeiçoa as habilidades e eleva os conhecimentos dos indivíduos, aumentando sua produtividade. Logo, além de melhorar os rendimentos pessoais, auferir benefícios para a sociedade como um todo.

Segundo SCHUTZ (1973, p. 79):

Embora a educação seja, em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfações às pessoas no momento em que obtém um tipo de educação, é predominantemente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como um agente produtivo.

A educação, portanto, se apresenta como uma alternativa de elevar a renda dos indivíduos, reduzindo as desigualdades sociais e alavancando o desenvolvimento econômico do país. Assim, a distribuição da educação na sociedade traz benefícios para toda a população, melhorando seu padrão de vida.

SCHULTZ (1973, p. 79 - 80) afirma que:

A principal hipótese que está subjacente a este tratamento da educação é a de que alguns aumentos importantes na renda nacional são uma consequência de adições a esta forma de capital. Embora esteja longe de ser algo fácil colocar esta hipótese sob comprovação, há várias indicações de que alguns, e talvez uma parte substancial, dos aumentos inexplicados na renda nacional nos Estados Unidos são atribuíveis à formação desta espécie de capital.

Para Shultz, parcela do crescimento da renda que ocorria nos Estados Unidos, e que não era possível ser explicada por outros fatores, advinha do capital humano na forma de aumento do nível educacional.

Desta maneira, desde a década de 50, as políticas com o intuito de investir em educação são cada vez mais comuns. Os governos têm se preocupado com este quesito, o qual adquire cada vez mais importância para o país. Segundo BATISTA (2002):

Sob a influência liberal, no final do século XX, a educação experimenta extraordinário ressurgimento. A educação readquire a importância perdida na década precedente. Desgastada no transcurso dos embates em defesa da educação pública, ressurgiu como domínio propício a investimentos privados. O crescente deslocamento do poder público pelas políticas neoliberais, abre terreno para investimentos.

Portanto, a falta de escolaridade passa a ser vista como um empecilho para o desenvolvimento econômico da sociedade. Devido aos avanços tecnológicos, uma maior qualificação profissional do trabalhador se torna um quesito indispensável para a sua inserção no mercado de trabalho. Assim, BATISTA (2002) enfatiza:

A crise econômica é mascarada por ideologias que atribuem os desajustes estruturais e as disparidades sociais à incapacidade de segmentos da população acompanharem o desenvolvimento técnico. A falta de conhecimentos e de competências técnicas inviabilizariam a inserção produtiva destes segmentos. Ou seja, os ineptos pagam por não terem se capacitado para o exercício produtivo...Assim, a pobreza é associada ao baixo desempenho educacional. A falta de escolaridade é convertida em causa do desemprego.

A contribuição da educação para o crescimento da economia é também destacada por MEIER e RAUCH (2005). Segundo os autores, há 3 visões a serem citadas:

A primeira se refere aos trabalhadores educados e não educados como

substitutos perfeitos dentro da produção. O incremento na média de anos de escolaridade por trabalhador estaria associado com o crescimento da produção por trabalhador. Assim, por exemplo, dois trabalhadores com educação primária seriam equivalentes a um trabalhador com educação secundária. Na segunda visão, trabalhadores educados e não educados seriam substitutos imperfeitos. O autor cita o exemplo de uma construção civil: 30 trabalhadores com educação primária não substituiriam um engenheiro civil. Ou seja, há aqueles trabalhos que fazem uso intensivo de mão de obra qualificada e os que utilizam trabalhadores desqualificados. A terceira visão se refere ao papel da educação no processo produtivo industrial. Segundo o autor, o uso intensivo de mão de obra qualificada seria requisitado, uma vez que uma indústria requer monitoramento, qualidade de controle ou porque a tecnologia é rapidamente modificada e os trabalhadores necessitam aprendê-la de maneira rápida. Também seria importante para que a produção aumentasse constantemente, pois os trabalhadores estariam sempre aprendendo, criando e assim, inovando o processo produtivo.

VERNER (2004), em seus trabalhos, percebe a educação como a chave para a inclusão dos indivíduos pobres na sociedade. De acordo com o autor:

Hence, education is a Key in raising earning potentials of individuals and productivity of the economy. A more educated workforce produces high value output, which contributes to growth and poverty reduction. Education, apart from human capital, also creates social capital as it may transmit cultural messages and build social cohesion. Although the positive effects on economic growth of education investment is gradual and takes time to appear, the benefits to the individuals that receive the investment are more instant. (VERNER, 2004, p. 15)

Para o autor, investir na qualidade da educação significa obter uma maior produtividade do trabalhador, reduzir a desigualdade social e estimular o crescimento econômico. Verner explica que os benefícios para a economia, advindos de uma melhor educação, são graduais. Também, levam um tempo para surgirem, diferente do caso do retorno individual promovido pelo aumento da escolaridade, o

qual é imediato.

Enfim, a educação passou a ser vista como um fator indispensável para o desenvolvimento do país, uma vez que possibilita ganhos salariais crescentes, assim como aumento de produtividade, promovendo uma melhor distribuição da renda e, conseqüentemente, redução da pobreza.

Visto que a educação é um fator fundamental para diminuir a pobreza, e o objetivo do trabalho é relacionar estes dois fatores, também se torna importante mencionar o conceito e a forma como podemos medir esta pobreza. Neste sentido, no capítulo subsequente, serão esboçados modelos teóricos que visam explicar as diversas maneiras de mensuração da pobreza.

2.2. MENSURAÇÃO DA POBREZA

Devido a diversas formas que assume, a pobreza se torna uma questão polêmica e pouco clara para o público em geral. No entanto, os estudos a respeito deste tema, realizados nos últimos 20 anos, chegaram a alguns consensos. Portanto, neste capítulo, serão esboçados pontos básicos sobre a pobreza, embasados nos estudos teóricos a respeito deste tema.

Segundo SANDRONI (2002, p. 476), pobreza pode ser definida como “estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados, por insuficiência de rendas ou inexistência de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação”.

No entanto, não há um consenso geral no que concerne à classificação e mensuração da pobreza, cuja interpretação tem variado ao longo do tempo.

Segundo PAUGAM (2003, p. 48):

Em períodos de prosperidade econômica, ao longo dos “Trinta Gloriosos”, falava-se dos sem-abrigo ou dos mendigos que se situavam à margem da sociedade ... É evidente que a pobreza existia,

concentrada em cortiços, favelas e *cités* de trânsito, mas era lembrada apenas episodicamente. ..Hoje, somos obrigados a constatar que o fenômeno é muito mais complexo, multiforme, e que preocupa as instituições e até mesmo os políticos locais, que enfrentam o risco de desvio das populações e das regiões de sua responsabilidade.

Assim, devido à preocupação crescente com a questão da pobreza, muitos cientistas sociais dedicaram-se a encontrar técnicas de mensuração e classificação. Conforme cita ROCHA (2001, p.72), primeiramente, deve ser utilizado um critério de renda, e esta no âmbito familiar e não individual. A autora define família como unidade solidária de consumo e rendimento. Logo, "... O estabelecimento do valor da renda familiar per capita abaixo do qual as pessoas seriam consideradas pobres ou indigentes deve se basear no consumo observado..." ROCHA (2001, p.72). No Brasil, são realizadas pesquisas de orçamento familiar de maneira periódica, nas quais são baseados os parâmetros que classificam os pobres.

Entretanto, existem duas definições gerais, a partir das quais a pobreza é delimitada: pobreza absoluta e relativa. Em ambas, a renda monetária é utilizada como indicador. A pobreza relativa se refere às pessoas que estão abaixo de um ponto qualquer na distribuição de renda - este definido de maneira arbitrária. Ou seja, as pessoas que tem um nível de vida baixo em relação à sociedade em que vivem. A condição de pobreza depende, portanto, do nível geral de riqueza. SCHWARTZMAN (1997, p. 3 e 4).

SALAMA E DESTREMAU (1996, p. 51) afirmam que:

...a *pobreza relativa* situa o indivíduo na sociedade. Seriam pobres aqueles cujo nível de renda fosse aquém da metade, ou de 40%, ou ainda de 60% do rendimento mediano, segundo as mais difundidas definições, ou, algumas vezes, inferior à metade da renda média. O patamar de pobreza relativa evolui com a renda mediana ou média. Se os rendimentos aumentam, o patamar cresce e inversamente.

Segundo os autores, um indivíduo pode ser identificado como pobre pela sociedade, e, com o mesmo nível de renda, não ser inserido nesta categoria social

em outras épocas e em outros lugares.

Já a pobreza absoluta identifica as pessoas que possuem rendimentos abaixo do necessário para obter o mínimo de bens e serviços considerados indispensáveis. Em outras palavras, as pessoas que estão situadas abaixo de um padrão de vida considerado aceitável. “Esse mínimo é expresso, por um lado, através de um parâmetro monetário vinculado ao custo de atender às necessidades básicas no âmbito privado, isto é, as despesas necessárias para atingir o mínimo de bem-estar considerado aceitável em determinada área do país em dado momento, a chamada “linha da pobreza”.” ROCHA (2001, p. 72). Também são considerados outros fatores referentes às condições sociais, não mensurados monetariamente. Por exemplo, condições de moradia e acesso a serviços públicos básicos, visando qualificar as pessoas que estão abaixo da linha de pobreza, esta do ponto de vista da renda.

Segundo a autora, desta maneira, combina-se o quesito renda e carências com outros aspectos da condição de vida dos indivíduos.

HOFFMANN (2001, p. 62) também cita a importância de aplicar o conceito de pobreza absoluta:

A idéia de pobreza está associada a condições de vida inadequadas decorrentes de baixos rendimentos. Como o que é “adequado” depende do grau de riqueza do país analisado, há, certamente, um elemento relativo no conceito de pobreza. Mas se a definição do “ser pobre” depender da comparação da situação de “pobres” e “ricos”, o conceito de pobreza se confunde com o conceito de desigualdade econômica. É mais interessante, então, usar um conceito de pobreza absoluta, no qual o grau de pobreza não seja diretamente dependente do nível de renda dos ricos.

SCHWARTZMAN (1997) cita a “metodologia das necessidades básicas não satisfeitas” como uma variante da pobreza absoluta. Esta identifica as pessoas que, independentemente dos seus rendimentos, realmente não conseguem satisfazer as necessidades básicas, como por exemplo: habitação, nutrição, educação e saúde.

Segundo SALAMA E DESTREMAU (1999, p. 74) o método de mensuração

pelas Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) é composto de dois elementos fundamentais:

- o mínimo necessário a uma família a título de consumo individual: comida, casa, roupas adequadas, alguns objetos de casa e móveis (necessidades qualificadas como biológicas);

- os serviços básicos fornecidos e utilizados, simultaneamente, pela coletividade em seu conjunto, como água potável, sistema de coleta de lixo e de esgotos, serviços sanitários, meios de transporte públicos e serviços de educação (acesso aos bens e serviços públicos).

Desta maneira, se uma ou mais necessidades, consideradas fundamentais, não forem satisfeitas, a família será considerada pobre. Este método se mostra eficiente a título de comparação de diferentes sociedades, uma vez que estas necessidades são consideradas universais. Ou seja, são comuns a indivíduos de diferentes culturas e civilizações. Porém, por este método não é possível captar o grau de gravidade da pobreza. As pessoas em estado avançado de miséria são colocadas no mesmo nível daquelas que se encontram um pouco abaixo dos limites.

Na prática, a mensuração da pobreza se mostra mais complexa. SCHWARTZMAN (1997) cita alguns problemas para definir a renda e dificuldades para mensurar a pobreza. Entre eles: a renda não monetária de famílias pobres (como a produção para o autoconsumo ou doações familiares não identificadas por estatísticas usuais), gastos distintos de famílias de composição diferente, variação do custo de vida entre regiões, a inclusão ou não de benefícios não monetários na área social (como habitação, saúde, educação e transporte subsidiado), variações culturais que conceituam “necessidade básica” ou “conjunto mínimo de bens” de maneira distinta, etc. Estabelecer um mínimo vital para sociedades distintas se torna complexo na medida em que o meio ambiente, os hábitos culturais e modos de vida são diferentes.

Um critério de mensuração de pobreza consistente utilizado é a definição de um volume mínimo de calorias necessárias para a sobrevivência de um indivíduo. Neste limite, seria identificada a “linha de indigência”. Assim, primeiramente, é

definida uma cesta de bens necessária para a reprodução de um indivíduo (família). A composição da cesta é calculada segundo o número de calorias necessárias ao indivíduo. Logo, o número é convertido em produtos alimentares, conforme os costumes da população, e mensurados monetariamente. O preço é distinto do nível geral de preços, na medida em que reflete a composição da cesta. Portanto, a quantidade de dinheiro necessária para a compra dos bens inseridos na cesta delimita a linha de indigência.

Para FERES e MANCERO (2001), o consumo calórico dos indivíduos mede a qualidade de vida dos mesmos. “Esto tiene sentido ya que, sobretudo para niveles extremos de pobreza, la desnutrición es parte fundamental del fenómeno” (FERES e MANCERO, 2001, p. 17).

ROCHA (2000, p. 111) também destaca a importância das necessidades nutricionais para estimação das Linhas de Pobreza:

A utilização das necessidades nutricionais para o estabelecimento da cesta alimentar básica vem sendo mantida e aperfeiçoada ao longo do tempo, por ser o fundamento conceitual mais sólido quando se trata da estimação de L.Ps. Os parâmetros periodicamente divulgados pela Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) relativos às necessidades dos diferentes nutrientes, dadas as características dos indivíduos – tanto físicas (idade, sexo, peso/altura) como de atividade (conforme desempenho atividade leve, moderada ou pesada) -, são utilizados como base para o estabelecimento das necessidades nutricionais médias da população que se deseja estudar em relação à incidência de pobreza. Entende-se como indigentes, por se situarem abaixo da linha de pobreza, aqueles cuja renda é insuficiente para adquirir a cesta alimentar que permita atender às suas necessidades nutricionais.

Segundo a autora, após a definição das necessidades calóricas médias da população, identifica-se a cesta alimentar com custo mais baixo que atenda a estas necessidades.

Entretanto, ROCHA (1998, p. 05) sublinha que “...ao utilizar parâmetros médios como base para todo procedimento, seria introduzido um erro na seleção das famílias cuja composição se afastasse da média da população”. A autora cita, como exemplo, uma família com elevada participação de crianças. Neste caso, o uso de

um parâmetro médio da população exigiria um consumo de calorias superior ao que seria considerado adequado para a respectiva família, uma vez que crianças necessitam de menos calorias do que um adulto.

Com o intuito de identificar o erro advindo do uso do parâmetro médio de calorias para uma população, ROCHA (1998) destaca a importância de utilizar o procedimento baseado em medidas de adulto-equivalente. Neste caso, leva-se em conta “as necessidades nutricionais diferenciadas de cada família em função das características de sexo e idade dos seus membros.” (ROCHA, 1998, p. 12).

SALAMA E DESTREMAU (1999) destacam também o multiplicador “de Engel”, o qual seria aplicado à linha de indigência, citada anteriormente. O multiplicador “de Engel” objetiva computar despesas necessárias em roupas, transporte e moradia (aluguel real, ou fictício, no caso de ser proprietário), ou seja, as despesas chamadas “não-alimentares”. Ao aplicá-lo à linha de indigência, seria obtida, então, a linha de pobreza. O multiplicador é maior ou menor dependendo do país. Segundo SALAMA E DESTREMAU (1999, p. 56), “Geralmente, o coeficiente utilizado pelas instituições internacionais é de 0,75. É o coeficiente usado pelo Banco Mundial para os países subdesenvolvidos.”

Outro método, muito utilizado para avaliar as condições socioeconômicas de uma sociedade, é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o qual vai além das medidas de privação de rendimentos. O índice foi introduzido pelo PNUD, em 1990, com o intuito de avaliar o bem estar social.

Segundo SALAMA E DESTREMAU (1999, p. 83): “O IDH foi elaborado para refletir os aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, identificando quais as possibilidades essenciais de que as pessoas devem dispor para se integrar à sociedade e contribuir socialmente.”

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total) e é composto por três dimensões básicas: educação, renda e longevidade. No que concerne à educação, o índice mensura o conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos, a qual é definida pela

porcentagem de pessoas de 15 anos e mais que sabem ler e escrever um depoimento curto e simples relacionado com a vida quotidiana. A renda é medida pelo PIB per capita em dólares, convertido em termos de paridade de poder de compra (PPC). Finalmente, a longevidade é definida pela esperança de vida à nascença (RDH, 2004).

Outros índices, elaborados pelo PNUD, e citados por SALAMA E DESTREMAU (1999) são: o Indicador de Penúria de Capacidade (IPC) e o Indicador de Pobreza Humana (IPH). São indicadores mais de vulnerabilidade que de miséria. Ou seja, não se preocupam tanto com a renda, e sim com outras carências que afetam a vida humana.

O IPC, segundo os autores:

...se interessa pela ausência de três potencialidades elementares: "em primeiro lugar, poder se alimentar corretamente e estar em boa saúde (potencialidade medida pela proporção de crianças de menos de cinco anos sofrendo de uma insuficiência de peso); em seguida, poder dar à luz em condições salubres (potencialidade representada pela proporção de partos ocorridos sem ajuda de pessoal de saúde competente); enfim, poder se instruir e se informar (potencialidade medida pela taxa de analfabetismo das mulheres)." (SALAMA E DESTREMAU, 1999, p. 88)

Ou seja, reflete a posição dos indivíduos sem acesso a capacidades fundamentais como, por exemplo, a capacidade de se instruir, se informar, assim como de prevenir doenças ou de se alimentar adequadamente. São carências que não possuem indicadores de medida diretos, logo foram elaborados outros indicadores que refletem os meios para atingir as capacidades consideradas.

Mesmo com variáveis diferentes do IPC, o IPH adota as mesmas premissas gerais. Segundo o RDH (2004), o IPH abrange 3 aspectos. O primeiro se refere à probabilidade à nascença de não viver até os 40 anos. O segundo abrange a taxa de analfabetismo de adultos, e o terceiro se refere à privação do abastecimento econômico. Este último, medido por porcentagem de pessoas sem acesso sustentável a uma fonte de água adequada e porcentagem de crianças, menores de

cinco anos, com peso deficiente para a idade (RDH, 2004).

Entretanto, o IPH é adaptado apenas para a realidade de países pobres ou em desenvolvimento. Segundo SAEAMA e DESTREMAU (1999, p. 90), “A natureza da pobreza, nos países desenvolvidos, necessita de um estudo e de um indicador específicos, elaborados num terceiro momento.” Desta maneira, foi elaborado o IPH 2, específico dos países ricos. Ao contrário do IPH-1, o IPH-2 acrescenta um outro aspecto – a exclusão. SAEAMA e DESTREMAU (1999, p. 94), explicam:

Assim, o IPH-2 está vinculado às seguintes variáveis:

- o déficit em termos de sobrevivência, medido pela percentagem da população correndo o risco de morrer antes de sessenta anos de idade;
- o déficit na área de instrução, medido pela percentagem da população analfabeta, isto é, vivendo na incapacidade de ler e escrever para responder às exigências básicas da sociedade moderna;
- a pobreza econômica, medida pela proporção de pessoas cuja renda individual disponível é inferior à meia-mediana nacional, o que não lhes possibilita usufruir do nível de vida suficiente para escapar às dificuldades e participar da vida da comunidade;
- a exclusão, medida por um dos seus aspectos mais importantes: a percentagem de desempregados por tempo prolongado (sem trabalho por um período de doze meses ou mais), na população ativa total (PNUD, 1998: 30).

Enfim, há diversas formas de mensurarmos o nível de pobreza de um país. Entre outras, podemos também destacar indicadores como: taxa de mortalidade infantil, número de crianças na escola, número de pessoas com acesso a serviços de saúde, coleta de lixo, moradia, energia elétrica, etc.

Entretanto, além do nível de pobreza, a distribuição de renda também é um aspecto importante a ser identificado, especialmente em países em desenvolvimento, onde a desigualdade persiste de forma cada vez mais intensa. Portanto, para analisar o nível socioeconômico de uma sociedade, torna-se fundamental mencionar a distribuição de renda que prevalece. Segundo SEN (1992):

Otra cosa bien distinta es aceptar que la desigualdad y la pobreza se relacionan y que otro sistema de distribución puede erradicar la segunda, incluso sin una expansión de las capacidades productivas de

un país. Reconocer la naturaleza distintiva de la pobreza como concepto permite tratarla como un tema de interés por sí mismo. El papel de la desigualdad en la prevalencia de la pobreza puede entonces considerarse en el análisis de ésta, sin equiparar los dos conceptos.

HOFFMANN (2001, p. 44) menciona três distribuições distintas que podem ser analisadas por diferentes aspectos:

- a) o rendimento de todas as fontes de pessoas economicamente ativas população economicamente ativa (PEA);
- b) o rendimento familiar de famílias residentes em domicílios particulares;
- c) o rendimento familiar *per capita* de pessoas e famílias residentes em domicílios particulares.

No primeiro caso, a PNAD (pesquisa por amostra de domicílios) busca captar os rendimentos em dinheiro e em espécie da PEA (População Economicamente Ativa). “São consideradas pessoas economicamente ativas (PEA) as ocupadas e as que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho na semana de referência da PNAD...”(HOFFMANN, 2001, P. 45).

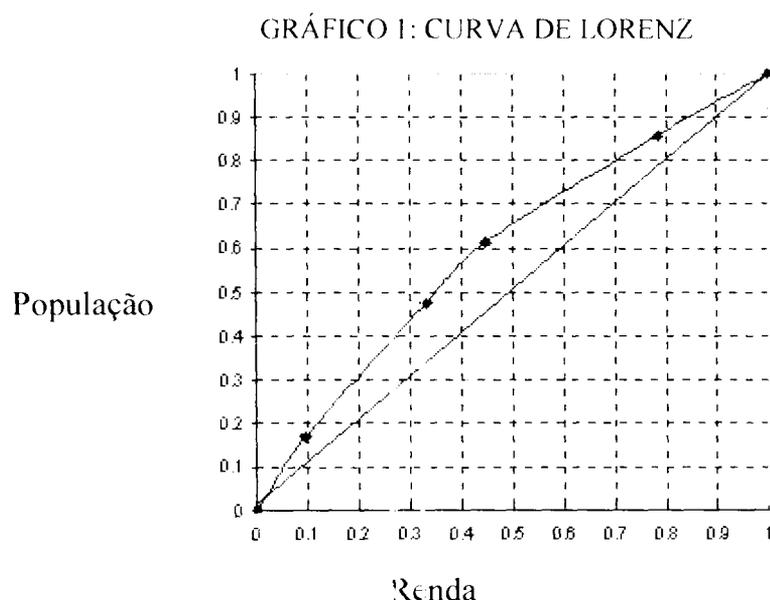
Na análise do rendimento familiar, o IBGE considera 5 categorias: pessoas de referência, cônjuge, filho, outro parente e agregado. Portanto, o rendimento é obtido pela soma dos rendimentos destas cinco categorias. Segundo HOFFMANN (2001, p. 54), diferente da análise da distribuição da renda entre a PEA, por este método:

Evita-se a questão de como considerar o rendimento na agricultura familiar, na qual é atribuído ao chefe rendimento obtido com o trabalho da família, e os demais membros economicamente ativos aparecem como não remunerados. Evita-se também considerar como “pobre” uma pessoa com pequeno rendimento próprio que é membro de família rica.

Entretanto, não é considerado o tamanho da família. Assim, famílias com o mesmo rendimento familiar são consideradas iguais, mesmo com tamanhos distintos. Este problema desaparece no caso da análise do rendimento familiar *per capita*. Nele, os rendimentos são obtidos através da divisão entre o rendimento da

família pelo número pessoas que a integram.

A distribuição da renda também pode ser obtida pelo Coeficiente de Gini. O indicador é construído a partir da Curva de Lorenz. Como definem SALAMA L DESTREMAU (1999, p. 32): "A curva de Lorenz relaciona a porcentagem acumulada em ordem crescente da população tal como a porcentagem acumulada do rendimento total." Logo, um eixo representa a porcentagem acumulada das pessoas que recebem até um determinado nível e, no outro eixo, a porcentagem acumulada da renda agregada calculada para cada porcentagem da população. Por exemplo, observando a curva abaixo, observa-se que 20% da população recebem em torno de 11% da renda e 80% da população recebem 70% da renda. A diagonal representa a linha de perfeita distribuição dos rendimentos. Ou seja, o que seria considerado ideal para um país. Logo, 20% da população receberiam 20% da renda, assim como 80% da população receberiam 80% da renda. Enfim, quanto mais a curva de Lorenz se aproxima da diagonal, mais equânime é a distribuição da renda. Ao inverso, quanto mais se afasta, mais desigual é a distribuição da renda.



FONTE: SANDRONI (2002, p. 355)

Assim, a partir da curva de Lorenz, é construído o índice de Gini. Os valores variam entre 1 e zero; quanto mais próximo de 1, menos igualitária será a distribuição de renda e, quanto mais próximo estiver de zero, menos concentrada estará a renda. Portanto, a diagonal seria o mesmo que um coeficiente de Gini nulo, ou seja, a perfeita distribuição da renda.

Outro indicador, citado por SALAMA E DESTREMAU, é o índice de Theil. Segundo os autores, apesar do coeficiente de Gini ser mais usado, o índice de Theil apresenta a vantagem de ser decomposto. Portanto, torna-se possível relacionar um ou outro fator, como educação, idade, setor e categoria de emprego, com a existência da pobreza e medi-la. Desta maneira:

Podemos mostrar que a educação ou, mais precisamente, a falta de escolaridade, é o fator que melhor explica as desigualdades (uma política pública que privilegiasse a educação, no orçamento, poderia permitir que fossem diminuídas as desigualdades e, conseqüentemente, a pobreza). Conhecendo estas diferentes contribuições, podemos operar invertendo o questionamento e calcular a probabilidade que um indivíduo tem de pertencer aos 20% mais abaixo da distribuição de renda, camada onde se encontram os pobres, caso um ou outro fator represente um papel negativo, como, por exemplo, uma escolaridade precária. (SALAMA E DESTREMAU, 1999, p. 40)

2.3. BREVES CONSIDERAÇÕES

Conforme foi verificado neste capítulo, há diversas formas de mensurarmos a pobreza e a desigualdade econômica, assim como muitos indicadores para analisar o nível socioeconômico de uma sociedade.

No que se refere à teoria do capital humano, segundo muitos autores, esta foi formalizada nos anos 1960 com trabalhos de Theodore Schultz, devido às preocupações recentes com gastos que estavam sendo destinados à educação e seu possível retorno para o crescimento econômico dos Estados Unidos. A teoria obteve repercussão mundial e, desde então, muitos estudiosos têm desenvolvido trabalhos a respeito da importância da educação para o desenvolvimento do país e melhora do padrão de vida da população.

Uma vez que a monografia tratará da questão da pobreza e desigualdade no Estado do Paraná, no capítulo subsequente será apresentado um esboço da situação socioeconômica do Estado. Em seguida será verificado o estado da educação no Paraná.

3. PARANÁ: CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E O SETOR EDUCACIONAL

O Paraná, ao longo das últimas décadas, sofreu uma significativa transformação na sua economia. Neste capítulo, será apresentada a atual realidade socioeconômica do Paraná, assim como algumas mudanças econômicas e sociais ocorridas desde a década de 1970. Enfatizando, assim, o nível de bem estar da população e seu grau de pobreza. Logo, neste primeiro subitem, será verificado o panorama socioeconômico do Estado nos anos de 1970 e as mudanças deste período no que se refere principalmente a economia e demografia.

3.1. MUDANÇAS NO ESTADO PARANAENSE NA DÉCADA DE 70

O Paraná, na década de 1970, iniciou um processo de diversas mudanças, tanto na sua economia quanto na demografia, devido ao processo de modernização e industrialização.

Segundo CASTRO (1999, p. 09):

O panorama da indústria paranaense altera-se profundamente nos anos 70, conformando-se um moderno complexo agroindustrial e um embrião da indústria metal-mecânica na região metropolitana de Curitiba (RMC). Note-se, em primeiro lugar, o vigor do crescimento industrial, que deixa para trás a agricultura na geração de produto e renda estaduais e atinge 6,35% do valor da produção industrial brasileira em 1980.

Até então, seu desenvolvimento estava vinculado, especialmente, aos ciclos econômicos, com uma economia baseada na agricultura e pouca tecnologia. Podemos citar, por exemplo, o ciclo da madeira, café, erva-mate e soja. Segundo o IPARDES (1987, p. 5):

Até a década de 70, o setor agrícola, embora dinâmico e diversificado, apresentava um caráter

tradicional, uma vez que a tecnologia utilizada era rudimentar e a quantidade de artigos da indústria consumidos em seu processo produtivo era reduzido.

Ou seja, antes de 1970, o Paraná era somente um estado produtor de bens primários destinados, principalmente, à exportação.

Com o processo de modernização no Estado, surge a agroindústria, a qual se caracteriza pela proximidade física entre a área que produz a matéria-prima agrícola e o seu processamento industrial. Podemos citar, por exemplo, atividades ligadas ao café solúvel, assim como óleos refinados, carne industrializada e laticínios. Desta maneira, as culturas tradicionais (café, seja, algodão, cana de açúcar, milho e trigo), começaram a se integrar com a atividade industrial, ocorrendo o processo de diversificação de produtos, principalmente com o desenvolvimento de cooperativas e multinacionais.

Na década de 70, o Paraná também ingressava em ramos modernos e mais sofisticados, como a indústria metal-mecânica, eletro-eletrônica, química e automotiva. Esta última, de maneira muito intensa, principalmente na década de 90, quando investimentos foram atraídos para o Estado. O Paraná se tornou um dos maiores pólos automobilísticos do Brasil. Além disso, o setor automobilístico, especialmente as montadoras instaladas no Estado, atraiu diversas outras empresas, de diferentes ramos, contribuindo para o desenvolvimento do Paraná. Desta maneira, é implantada no Paraná a "...grande empresa moderna, com ampla escala de produção, utilizando tecnologia avançada e com elevados índices de produtividade, capaz de competir no mercado nacional e internacional." (IPARDES, 1987, p. 6). Sendo assim, setores tradicionais perdem importância relativa para a economia, como o beneficiamento do café e madeira.

Simultaneamente a estas mudanças na economia, nos anos 70, inicia no Estado um processo de fluxos migratórios advindos de áreas rurais em direção à urbana. Segundo dados do IPEADATA (2004), em 1970, a população urbana era de 2.504.253. Já em 1980, este número passou para 4.472.506. Ou seja, um

crescimento de 78,60%. Em contrapartida, a população rural obteve um decréscimo de 28,66%.

MOURA (2004, p. 39) sublinha:

Até a década de 70, o crescimento dos municípios paranaenses estava associado às possibilidades de sustentação das próprias áreas rurais. Com a modernização da agropecuária e o incremento da atividade industrial, entre 1970 e 1980, os municípios passaram a formar áreas de forte evasão, principalmente nas porções norte e noroeste do Estado.

Assim, além de Curitiba, cidades como Londrina e Maringá também emergiam como núcleos centralizadores. Em contrapartida, se iniciou em algumas cidades um processo de evasão da população. Alguns exemplos são: Assai, Faxinaí e Goioerê, os quais, na década de 70, tiveram um decréscimo na população de 28,08%, 36,37% e 33,37% respectivamente.

“Nesses anos, a questão social agravou-se pelas dificuldades de manter o crescimento da economia.” CASTRO (1999, p.14). Entretanto, a população que se dirigia aos centros urbanos obtinha acesso a mais serviços governamentais, como saúde, educação, saneamento, melhorando, assim, suas condições sociais nestes aspectos. Analisando o IDH-M no ano de 1970, verifica-se um índice de 0,44, ou seja, o Estado na posição de baixo desenvolvimento humano. Com o intenso processo de urbanização na década de 70, o Paraná avança positivamente neste indicador. Segundo o IPARDES (2003, p. 2), este salto qualitativo foi originado por um “processo de crescimento econômico e urbanização, acompanhado de investimentos em infra-estrutura econômica e social.” Desta maneira, em 1980, o IDH-M atinge o valor de 0,70, ou seja, o Estado na posição de médio desenvolvimento. Segundo CECCATO (2000, p. 10), o desempenho positivo do IDH derivou principalmente do crescimento favorável do índice do PIB, que em 1970 era de 0,303, contra 0,806 em 1980. Porém, na década de 70, ainda havia muitas desigualdades entre os municípios, sendo que apenas alguns centros urbanos atingiam um índice de desenvolvimento médio.

Já na década de 80, o processo de urbanização e crescimento econômico continua de maneira intensa, e aparecem alguns problemas de infra-estrutura nas cidades. Estas questões serão, portanto, abordadas no capítulo subsequente.

3.2. PANORAMA SOCIAL DO PARANÁ A PARTIR DA DÉCADA DE 80

Na década de 80, segundo CASTRO (1999, p.10), “A economia paranaense nesse período avança mais rapidamente que a nacional, modifica sua estrutura produtiva em aspectos significativos, buscando contrapor-se à crise brasileira.” A agropecuária avança de maneira organizada espacialmente, ocorre uma diversificação na agricultura, com a introdução de novos produtos, principalmente com o bom desempenho da agroindústria. A indústria também avança com a entrada de segmentos mais sofisticados na economia paranaense.

Entretanto, para a população, a situação não era favorável. Ainda predomina um intenso processo de urbanização, as pessoas se deslocam para centros urbanos, onde começam os problemas de infra-estrutura. Os trabalhadores das áreas rurais, de pequenas cidades, segundo MOURA (2004, p. 34), “...são atraídos pelas perspectivas acenadas pelos setores produtivos urbanos ou involuntariamente destituídos da possibilidade de permanência num campo tecnificado...”. Ou seja, o avanço do desemprego nas áreas rurais, advindo de inovações tecnológicas na agricultura, as quais aumentam a produtividade sem necessitar de capital humano adicional, resultou em migrações em massa de trabalhadores para as cidades. Segundo o IPARDES (2003, p. 03):

Desse modo, o fenômeno de crescimento populacional, orientado pela urbanização, se expressa na configuração de espacialidades de concentração e de esvaziamento. Num extremo, aglomerações conjugam municípios cada vez mais populosos, com crescimento da população elevado (sempre superior ao crescimento médio do estado) e contínuo (desde os anos 70 e/ou 80) particularmente na área Metropolitana de Curitiba, nas aglomerações urbanas do Norte-Central e Oeste Paranaense, e na faixa litorânea. Noutro extremo, um grande número de municípios apresenta decréscimo de

população, correspondendo a 169, 185 e 20 municípios, respectivamente nos períodos 1970/1980, 180/1991 e 1991/2000.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Econômico no Brasil (2003), somente no período de 1991/2000, a população urbana obteve um crescimento de 25.62%, enquanto na área rural houve um decréscimo de 21.03% (TABELA 1).

TABELA 1: POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - 1991 e 2000 - PARANÁ

	1991	2000
População Total	8.448.713	9.563.458
Urbana	6.197.953	7.786.084
Rural	2.250.760	1.777.374
Taxa de Urbanização	73,36%	81,41%

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003

A rede urbana no Estado se articula a partir de aglomerações, que têm como pólo, principalmente, as cidades de Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz-do-Iguaçu, as quais tiveram um crescimento, no período 1970/2000, de 224,20%, 88,55%, 123,93%, 66,27% e 189,21%, respectivamente.

Em algumas cidades, localizadas em áreas rurais, ocorreu um crescimento muito pequeno da população, como por exemplo: Francisco Beltrão (1,83%) e Pato Branco (22,22%). Em algumas, inclusive, o número de habitantes diminuiu no período. Por exemplo, conforme a TABELA 2, as cidades de Assaí, Faxinaí, Florai, Goioerê e Ivaiporã, que tiveram uma diminuição da população de 36,92%, 56,79%, 59,47%, 43,30% e 35,92%, respectivamente. Este fato reflete a intensa evasão de parcela da população de alguns municípios em direção aos centros urbanos.

TABELA 2: POPULAÇÃO RESIDENTE - PARANÁ – 1970, 1980, 1991, 1996, 2000

MICRO-REGIÕES	1970	1980	1991	1996	2000	CRESCIMENTO POPULAÇÃO (%)
PR – Apucarana	204.385	191.622	214.373	231.494	251.118	22.86
PR – Assaí	116.398	83.707	78.421	75.252	73.418	-36.92
PR – Astorga	224.333	174.973	168.005	171.216	173.407	-22.7
PR – Campo Mourão	300.334	254.550	232.921	217.372	217.149	-27.7
PR – Capanema	99.071	116.074	98.188	94.654	93.835	-5.29
PR – Cascavel	237.812	329.381	350.647	378.471	395.420	66.27
PR – Cerro Azul	29.903	31.128	30.008	30.108	29.362	-1.81
PR – Cianorte	180.185	130.249	118.790	119.392	125.219	-30.51
PR – Cornélio Procópio	256.088	183.547	187.893	182.053	183.315	-28.42
PR – Curitiba	821.233	1.440.633	2.000.805	2.369.636	2.662.441	224.2
PR – Faxinaí	110.837	70.527	54.295	50.519	47.895	-56.79
PR – Floral	83.697	40.691	34.483	34.556	33.922	-59.47
PR - Foz do Iguaçu	138.130	278.841	317.315	363.917	399.487	189.21
PR - Francisco Beltrão	224.009	256.917	233.850	230.056	228.119	1.83
PR – Goioerê	228.400	152.184	154.530	138.819	129.499	-43.3
PR – Guarapuava	189.825	296.858	333.674	362.688	363.645	91.57
PR – Ibatí	86.610	78.491	71.640	71.483	74.433	-14.06
PR – Irati	67.232	73.881	85.016	89.541	91.640	36.3
PR – Ivaiporã	233.295	213.259	178.044	156.490	149.502	-35.92
PR – Jacarezinho	132.867	119.035	119.674	117.355	119.593	-9.99
PR – Jaguariaíva	55.517	63.056	80.161	85.565	94.089	69.48
PR – Lapa	35.026	37.946	43.729	43.646	46.074	31.54
PR – Londrina	338.879	424.626	542.886	587.633	638.945	88.55
PR – Maringá	201.373	247.044	361.181	409.064	450.936	123.93
PR – Palmas	54.877	68.817	78.923	76.672	84.817	54.56
PR – Paranaguá	112.310	137.024	174.965	216.733	235.840	109.99
PR – Paranavaí	308.847	263.571	250.836	249.409	257.881	-16.5
PR - Pato Branco	123.280	148.278	146.088	147.715	150.672	22.22
PR – Pitanga	93.434	118.570	38.831	87.554	84.855	-9.18
PR - Ponta Grossa	184.506	260.706	327.088	353.875	382.904	107.53
PR – Porecatú	124.741	96.824	85.410	83.143	83.343	-33.19
PR – Prudentópolis	87.155	95.203	110.700	111.814	117.743	35.1
PR - Rio Negro	52.333	57.088	70.019	74.377	79.596	52.1
PR - São Mateus do Sul	41.108	44.584	53.191	54.618	56.394	37.18
PR - Telêmaco Borba	115.230	148.893	140.310	141.703	146.363	27.02
PR – Toledo	376.490	352.553	348.519	336.196	343.675	-8.72
PR – Umuarama	473.746	352.723	285.883	260.039	257.984	-45.54
PR - União da Vitória	72.335	88.862	99.710	104.941	111.497	54.14
PR - Wenceslau Braz	113.990	106.933	97.711	94.035	97.431	-14.53

FONTE: IPEADATA, 2005.

“Certamente, a intensidade dos fluxos migratórios estaduais ajuda a explicar o fenômeno da pobreza e é causadora, em grande medida, das altas taxas de urbanização verificadas.” (CASTRO, 1999, p. 14). Assim, com a concentração de pessoas nos centros urbanos, ocorre uma deterioração no que se refere à saúde, moradia, educação, saneamento, assim como o emprego, com um aumento de pessoas pobres e trabalhadores informais.

Segundo o IPARDES (2003), o número de pessoas inseridas no mercado de trabalho passou de 4.4 milhões, em 1992 para 5.1 milhões, em 2001. Entretanto, no mesmo período, o número de desempregados passou de 236 mil para 392 mil, ou seja, um aumento de 66,10%. As mulheres foram as mais prejudicadas, uma vez que sua participação no número de desempregados, que era de 44% em 1992, passou para 51% em 2001. O número de crianças e jovens desempregados também teve um acréscimo. “Este fato, associado ao aumento do desemprego feminino, remete a outra faceta da crise do trabalho: a dificuldade de as famílias viabilizarem uma estratégia de sobrevivência – ampliação do número de membros da família no mercado de trabalho – normalmente utilizada em períodos de dificuldades.” (IPARDES, 2003, p. 08). Ou seja, a renda familiar diminuiu no momento em que poucos membros da mesma família conseguem se inserir no mercado de trabalho.

Apesar do aumento significativo dos desempregados, verifica-se, no Estado, uma recuperação da formalização das relações de trabalho. No período de 1981/2002, a participação dos trabalhadores com carteira assinada na população ocupada passou de 31,75% para 58,9%. Analisando os dados do Brasil, esta porcentagem passou de 40,9% para 57,57%.

TABELA 3: PERCENTUAL DE OCUPADOS COM CARTEIRA ASSINADA –
PARANÁ - BRASIL

ANO	PERCENTUAL DE OCUPADOS COM CARTEIRA ASSINADA (%) - PARANÁ	PERCENTUAL DE OCUPADOS COM CARTEIRA ASSINADA (%) - BRASIL
1981	31,75	40,9
1990	37,67	42,61
2002	58,97	57,57

FONTE: IPEADATA, 2005

Entretanto, a análise do mercado de trabalho no Paraná indica um empobrecimento entre os ocupados. Em 1995, a população ocupada recebendo até 1 salário mínimo era de 17,51%. Já em 2001, atinge 19%. (IPARDES, 2003). Assim, a renda domiciliar também diminuiu no período.

Entre 1995 e 2003, a média da renda domiciliar per capita obteve um decréscimo de 9,2%, passando de R\$401,12 para R\$364,22 (TABELA 4). Este fato, portanto, decorre da deterioração do mercado de trabalho, devido à grande concentração de trabalhadores aliada ao número de empregos, que não é suficiente para absorver todos os indivíduos. Desta maneira, além de elevar a taxa de desemprego, também resulta na queda no valor dos salários. No caso do Brasil, entre 1995 e 2003, a queda na média da renda domiciliar foi de 9,968%, passando de R\$336,08 para R\$302,58.

TABELA 4: MÉDIA DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA – PARANÁ – BRASIL -
R\$ DE 2001

ANO	MÉDIA DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA - PARANÁ	MÉDIA DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA - BRASIL
1995	401,12	336,08
1996	413,14	341,05
1997	402,48	342,09
1998	392,35	345,85
1999	378,14	326,35
2001	376,72	325,04
2002	381,18	325,64
2003	364,22	302,58

FONTE: IPEADATA, 2005.

Porém, a pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$75.50) diminuiu na década de 90 de maneira significativa, assim como a quantidade de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza (renda inferior a R\$37.75). Em 1991, conforme verificado na TABELA 5, 34.85% das pessoas estavam abaixo da linha da pobreza e, 14.10, abaixo da linha de extrema pobreza. No ano de 2000, estas proporções eram de 23.69% e 9.26%, respectivamente.

TABELA 5: PORCENTAGEM DE PESSOAS COM RENDA PER CAPITA ABAIXO DE R\$ 37.75 E RENDA PER CAPITA ABAIXO DE R\$ 75.50 - PARANÁ

ANO	% DE PESSOAS COM RENDA DOMICILIAR PER CAPITA ABAIXO DE R\$ 37.75 (%)	% DE PESSOAS COM RENDA DOMICILIAR PER CAPITA ABAIXO DE R\$ 75.50 (%)
1991	4,1	34,85
2000	9,26	23,69

FONTE: IPEADATA, 2005

Além da queda no número de pobres, a renda destes aumentou, passando de R\$61,52 (em 1990) para R\$71,02 (em 2003). Entretanto, os indivíduos indigentes tiveram um aumento menos significativo, de apenas 4,75% (TABELA 6).

TABELA 6: RENDA MÉDIA DOS POBRES E INDIGENTES – PARANÁ – R\$ DE 2001

ANO	RENDA MÉDIA DOS POBRES	RENDA MÉDIA DOS INDIGENTES
1990	61,52	34,55
2003	71,02	36,19

FONTE: IPEADATA, 2005.

Se compararmos com outros estados da região Sul, o estado do Paraná apresenta o maior número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Enquanto em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a proporção de pobres é de 16,24% e 19,69%, no Paraná, é de 23,69%.

Segundo o IPARDES (2003), do total de famílias pobres, 67,07% residem em áreas urbanas e 32,93% em áreas rurais. A concentração maior está localizada na Região Metropolitana de Curitiba (21,85%). Porém, nas mesorregiões: Centro-Sul, Sudeste e Centro-Occidental, estão os maiores contingentes de pobreza. Nestes lugares, a proporção de famílias pobres é superior a 30% do total de famílias. O IBGE ainda faz uma definição dos municípios de áreas rurais com mais de 20 mil habitantes, classificando como o “rural expandido”. Nestes, residem 46,94% das famílias pobres, as quais dependem basicamente de atividades rurais.

No que se refere à questão da saúde, o indicador “mortalidade infantil” apresenta muitas desigualdades. Enquanto no Norte-Central do Estado este indicador é de 15,27%, em outras mesorregiões, como Norte Pioneiro, Centro-Occidental, Sudeste e Centro Sul, este indicador atinge até 27,18%. (IPARDES, 2003). Estes números, portanto, refletem a falta de assistência médica adequada para atender a população em algumas áreas. Este indicador no Paraná, se comparado com os outros estados da região Sul, apresenta o pior resultado.

Quanto ao saneamento básico, este é considerado o principal indicador da adequação da moradia, por influir de maneira significativa nas condições do ambiente e saúde. No Paraná, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003), 89.25% das pessoas vivem em domicílios com água encanada e banheiro, um pouco abaixo da média da região Sul, 97.71% possuem acesso à energia elétrica e, 97.06% vivem em domicílios com coleta de lixo. Estes indicadores revelam as condições de moradia no Estado.

No quesito concentração da renda, observa-se que a desigualdade ainda predomina no Estado. Segundo o IPEA DATA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – (2005), no Paraná, 20% da população mais rica se apropria de 65.1% da renda, e 20% da mais pobre possui apenas 2.4% da renda. O índice de Gini é de 0,54, uma taxa favorável se comparada com a do Brasil: 0,58.

Analisando as condições da população paranaense através do IDH, também é possível perceber certa desigualdade no Estado. O IPARDES (2003) destaca que apenas 36% da população vive em locais com índice de alto desenvolvimento, e 33%, vive em lugares com o IDH-M inferior ao do Brasil (nos outros estados da região Sul, esta porcentagem é de 10%). Segundo o IPARDES (2003), os municípios com baixo grau de desenvolvimento somam 57 e se concentram, principalmente, na região central do Estado. Nestes, a economia é basicamente agrícola, rural, pobre e a população é relativamente pequena. De acordo com o IPARDES (2003), 71% da população rural se concentra em municípios com IDH-M inferiores ao do Brasil, representando a concentração da pobreza em áreas rurais. Estas já apresentam certa vulnerabilidade, visto que sofrem de grande dificuldade de oferta de serviços e equipamentos, em virtude da dispersão de sua população no espaço. “Tais grupos são mais dependentes de políticas públicas específicas, particularmente nas áreas de saúde, da melhoria das condições ambientais e da moradia, dentre outras.” (IPARDES, 2003, p. 05).

Já os municípios com alto grau de desenvolvimento (31) se caracterizam por serem mais densamente povoados e urbanos. Assim, possibilitam uma maior oferta

de empregos e também serviços de saúde, educação e saneamento. Portanto, as aglomerações urbanas possuem maior número de municípios com melhores IDH-M.

Comparado aos demais estados sulinos, o Paraná se situa em uma posição desfavorável, com um IDH-M de 0,787, ano de 2000. No Rio Grande do Sul, este índice é de 0,814 e Santa Catarina, 0,822, conforme indica o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000). Ao analisarmos os sub-índices que compõem o IDH-M, no estado do Paraná, longevidade e renda são os que apresentam pior desempenho. O quesito longevidade apresenta uma taxa de 0,747. Um pouco acima da média do Brasil (0,727), e abaixo dos outros estados da região Sul. A expectativa de vida ao nascer é de 69,83 anos. No aspecto renda, a taxa é de 0,736. A renda per capita é de R\$321,39, sendo que no Brasil este valor é de R\$297,23. O sub-índice educação apresenta o melhor resultado, com um índice de 0,879. Porém, também abaixo de Santa Catarina (0,906) e Rio Grande do Sul (0,904), e superior ao do Brasil (0,849).

Conforme foi analisado, o Paraná, em 1970, iniciou um forte processo de urbanização, com o deslocamento da população das áreas rurais para áreas urbanas, em busca de melhores condições. Este processo ocorreu simultaneamente com as transformações na sua economia, a qual começou a se modernizar no Estado. Entretanto, com as grandes aglomerações urbanas que se formaram, a infra-estrutura e o mercado de trabalho não conseguiram assegurar o acesso a todos os indivíduos.

Entretanto, o nível de pobreza no estado do Paraná é pequeno se compararmos com outros estados brasileiros. Porém, ainda existem regiões em péssimas condições e famílias vivendo com rendimentos baixíssimos, especialmente nas áreas rurais. A desigualdade também predomina do Estado, com um Coeficiente de Gini de 0,54. A pobreza no Paraná está presente em todos os municípios, estes localizados tanto em área rural quanto urbana.

3.3. O SETOR DE EDUCAÇÃO NO PARANÁ

O Paraná está localizado na região brasileira onde os indicadores sociais refletem resultados mais favoráveis. Entretanto, ele, dentre os três estados sulinos, apresenta os piores resultados na maioria destes indicadores, inclusive da educação. Na década de 90, houve alguns resultados positivos, entretanto, ainda há muitos problemas a serem enfrentados, que se tornarão visíveis diante do esboço do quadro da educação no Paraná, objeto dos itens subsequentes.

3.3.1. QUADRO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO

O setor educação, no Paraná, tem avançado de maneira significativa desde 1990, quando muitas políticas sociais começaram a ser implementadas, com o objetivo de universalizar a educação da população. Entretanto, devido às transformações demográficas, que resultam em acréscimos de população em certas regiões e perda de habitantes em outras, existem escolas ociosas ou com poucos alunos em alguns lugares; em outras, é necessário elevar o número de vagas. (SEED, 2001).

No que se refere à pré-escola e ao primeiro ciclo do ensino fundamental (primeira à quarta série), devido ao processo de municipalização da educação, iniciado em 1991, as crianças começaram a ingressar na escola mais cedo. Com a municipalização do ensino, o Estado transfere para os municípios a responsabilidade da pré-escola e ensino de primeira à quarta série. Assim, segundo a SEED (2001, p. 2.2): “Vê-se que os municípios não apenas aumentaram proporcionalmente sua presença mas, principalmente, são responsáveis por uma importante expansão das matrículas nesse nível, que ocorre principalmente na segunda metade da década.”

Conforme explicitado na TABELA 7, em 1991, o número de matrículas na pré-escola era de 157.318. Em 2003, passou para 237.084. Ou seja, um aumento de 51%. A participação da rede estadual diminuiu de maneira significativa, devido a

municipalização da pré-escola. Conseqüentemente, a oferta de vagas da rede municipal aumentou. A rede privada também apresentou um crescimento, porém não significativo. Estes dados refletem além da municipalização, o acesso das camadas mais pobres da população à pré-escola. Este processo resulta em benefícios futuros e transformação da educação no Estado. Com o ingresso precoce dos alunos nas escolas, as chances de sucesso nas próximas séries e superação de limitações do nível sócio-econômico de seus pais, aumentam bastante. (SEED, 2001)

No que se refere à educação fundamental, a maior participação dos municípios também pode ser observada. Eles já são responsáveis por 81,2% das matrículas de primeira à quarta série. Em 1991, a rede municipal respondia por 597.618 matrículas e, em 2003, este número aumentou para 798.977. Logo, a rede estadual diminuiu o número de matrículas ofertadas, passando de 988.398, em 1991, para 766.435, em 2003 (TABELA 7). A rede privada também apresenta um decréscimo no número de matrículas.

TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS, POR DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA, PARANÁ, 1991, 1995, 2003

	ANO	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
Pré-escola	1991	157.318	1.033	33.390	66.409	56.486
	1995	156.731	243	6.520	90.272	59.696
	2003	237.084	107	1.767	165.552	69.658
Ensino fundamental	1991	1.734.836	1.151	988.398	597.618	147.659
	1995	1.772.823	1.101	868.432	754.726	148.564
	2003	1.698.631	474	766.435	798.977	132.745

FONTE: IPARDES, 2003 e SEED, 2005.

Segundo o SEED (2001, p. 2.3), "A transferência da responsabilidade pelo primeiro ciclo de ensino fundamental para os municípios permitiu um forte investimento do governo estadual na expansão de matrículas do ensino médio."

Os dados da TABELA 8 indicam que o número de matrículas do ensino médio teve um grande aumento, de 97,78%, na década de 90. A participação maior foi do governo estadual, que aumentou o número de matrículas em 120,19%. Este

fato é muito interessante para o Estado, uma vez que desobstrui um importante gargalo da educação brasileira.

TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, PARANÁ, 1991, 1995, 2003

	ANO	TOTAL	FEDERAŁ	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
Ensino	1991	236.579	6.056	186.432	501	43.590
Méđio	1995	351.738	11.851	302.017	195	37.675
	2003	467.896	3.217	410.504	-	54.175

FONTE: IPARDES, 2003. SEED, 2005.

Como indica o SEED (2001), no que concerne as diferentes regiões do Estado, há certa estabilidade das matrículas no ensino fundamental e um pequeno crescimento na região metropolitana de Curitiba. Já as matrículas de ensino médio aumentam em todas as regiões, principalmente naquelas, em que há um crescimento mais intenso da população: Região Oeste, Norte Central e Metropolitana de Curitiba.

As matrículas de jovens e adultos -- ensino supletivo -- obtém também um aumento. Sendo que, a fase I representa a primeira à quarta série, a fase II, quinta à oitava e a fase III, o ensino médio, verifica-se que há um aumento geral de matrículas (TABELA 9). Isto ocorre principalmente devido às exigências do mercado de trabalho. Assim, melhorando o nível escolar, os indivíduos adquirem mais chances de conseguir um trabalho ou, até mesmo, elevar os salários.

TABELA 9: DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO SUPLETIVO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, PARANÁ, 1995, 1998, 2003

ANO	FASE I	FASE II	FASE III
1995	13.574	46.904	10.889
1998	14.687	42.531	18.648
2003	30.512	73.761	55.772

FONTE: IPARDES, 2003 e SEED, 2005.

Apesar do número de matrículas apresentar um resultado positivo, a taxa de analfabetismo ainda é um problema discutido pelo governo.

Na década de 90, o analfabetismo obteve uma grande queda, devido a políticas adotadas pelo governo. Conforme os dados da TABELA 10, verifica-se que 90,1% das crianças, com idade entre 7 e 14 anos, eram alfabetizadas em 1991. Em 2000, esta porcentagem passou para 96,25%. A taxa de analfabetismo dos indivíduos maiores de 14 anos também obteve uma queda significativa, passando de 14,55% (1990) para 7,81% (2003). Entretanto, neste quesito, o Paraná se mostra em desvantagem com os outros estados da região Sul. O menor número de analfabetos está entre crianças com idade entre 15 a 17 anos, com uma taxa de 0,67%.

TABELA 10: ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

7 A 14 ANOS			
ANO	PR	RS	SC
1991	9,9	8,77	8,52
2000	3,75	4,34	3,49
2003	nd	nd	nd
10 A 14 ANOS			
1990	3,6	2,79	2,42
2000	1,12	1,42	1,59
2003	1,02	0,84	0,43
15 A 17 ANOS			
1990	3,15	2,92	2,95
2000	1,37	1,06	1,38
2003	0,67	0,98	0,54
15 A 24 ANOS			
1990	3,98	3,14	3,79
2000	2,23	1,51	1,53
2003	1,5	1,38	0,87
15 ANOS E MAIS			
1990	14,55	9,72	10,41
2000	10,15	6,05	6,78
2003	7,81	5,77	5

Fonte: IPEADATA, 2005.

Na análise da taxa de atendimento escolar, os resultados significativos das

ações do governo na década de 90 se mostram mais evidentes. Para crianças de 15 a 17 anos, entre 1991 e 1998, a taxa de atendimento passou de 49,1% para 83,1% e, de crianças entre 7 a 14 anos, aumentou de 83,5% para 97,7%. Os dados refletem um sistema mais maduro de ensino no Estado, assim como a capacidade de retenção de jovens em idade escolar. (SEED, 2001).

Entretanto, se verifica na taxa de escolarização líquida – porcentagem de crianças e jovens que não estão matriculados no ciclo de ensino correspondente – que ainda há uma grande distorção idade-série, especialmente dos jovens com idade entre 15 a 17 anos, o que estimula o abandono escolar. Segundo dados da SEED (2001), no ano de 1998, apenas 43,1% destes jovens estavam matriculados na série correspondente. Em contrapartida, a taxa de escolarização líquida de crianças entre 7 a 14 anos atingiu 99,8%. Ou seja, houve uma universalização do atendimento escolar para esta faixa etária.

Analisando a taxa de distorção idade-série, verifica-se que esta se mostra mais significativa no ensino fundamental. No Paraná, este dado apresentou uma evolução positiva desde 1996 e, em termos de comparação com a região Sul, se encontra em melhor posição. No ensino fundamental, a partir da quinta série a taxa se mostra mais elevada, atingindo 30,2. No ensino médio, a maior distorção está no primeiro ano (43,3) (TABELA 11). Neste nível de ensino, o Paraná se encontra em desvantagem com a Região Sul.

TABELA 11: TAXA E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

NÍVEL DE ENSINO	SÉRIE	BRASIL			REGIÃO SUL			PARANÁ		
		1996	1998	2000	1996	1998	2000	1996	1998	2000
Ensino Fundamental	1ª série	40	38,2	18,4	12	10,5	9,4	13,4	10,4	6,4
	2ª série	44,1	44	26,2	20	17,6	14,7	23	20,2	13,3
	3ª série	46,4	44,5	34,4	23,8	21,4	18,9	27,6	24,1	17,5
	4ª série	46,6	45,7	40,2	26,7	24	21,8	29,7	26,2	20,2
	5ª série	55,6	54,3	55,2	38,2	35,8	31,9	45,5	40,7	30,2
	6ª série	53,2	52,5	54,7	38,1	33,1	31,9	45,9	31,7	27,6
	7ª série	49,2	52	56,2	34,7	32,2	30,7	42	31,5	23,9
	8ª série	nd	50,6	54,1	nd	37,7	31,6	nd	46,5	27,1
	Total	47	46,6	41,4	27,2	25,8	23,5	31,7	28,4	20,4
Ensino Médio	1ª série	57,7	56,4	53,7	43,3	41,6	43	51,2	46,8	43,3
	2ª série	54,6	52,8	50,9	41,4	36,6	39,6	49,3	41,4	42
	3ª série	51	51,3	50,4	37,6	36,2	35,1	45,4	42,6	37,5
	Total	55,2	53,9	51,9	41,4	39,1	39,9	49,2	44,3	41,5

FONTE: SEED, 2005.

Assim, além dos dados referentes ao número de crianças e jovens com acesso à escola, há outra questão muito importante a ser analisada: a qualidade de ensino.

Segundo IOSCHPE (2004), o problema do Brasil não é a oferta de vagas nas escolas ou o acesso a todos, mas sim a má qualidade de ensino. Além disso, IOSCHPE (2004) cita a questão econômica. Muitos jovens entre 15 a 17 anos, já com idade razoável para conseguir um emprego, preferem abandonar as escolas, as quais não conseguem acompanhar - e acabam auferindo uma progressão distorcida - ou não lhes está acrescentando nada. Ou seja, "O progresso do jovem no sistema educacional é uma disputa constante entre a educação e o mercado de trabalho." (IOSCHPE, 2004). Este fenômeno ocorre especialmente em escolas públicas, onde o ensino, geralmente, é de qualidade inferior e onde a maior parte dos estudantes possui um nível de renda mais baixo. Nas escolas privadas, onde predomina a elite, o ensino é mais qualificado. Estes fatos são comprovados pelo Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), o qual indica que as médias mais baixas pertencem aos alunos da rede pública, com renda familiar menor e pais com baixa escolaridade. Este fato reflete, portanto, as desigualdades socioeconômicas na educação (FOLHA

DE SÃO PAULO, 2003).

Um método de avaliar a eficácia do sistema de ensino é através das taxas de aprovação e reprovação.

Segundo os dados da TABELA 12, no ensino fundamental, a taxa de aprovação é alta para todas as dependências administrativas (média 84,0%), mas com melhor resultado na rede particular (95,4%). Para este mesmo nível escolar, a taxa de reprovação mais elevada está na rede municipal, 10,3%, e a mais baixa está em escolas particulares, com uma pequena taxa de 2,2%. No ensino médio, a desigualdade é mais elevada. A taxa de aprovação apresenta os piores resultados, com uma média de 77,1%. A rede federal se encontra em desvantagem, com uma taxa de 44,0%, a estadual 76,3 e a particular 89,7%. A taxa de reprovação é maior na rede federal e estadual, com taxas de 6,0% e 6,2%, respectivamente. Assim, no ensino médio, os alunos começam a adquirir uma distorção idade-série, principalmente em escolas da rede pública, o que incentiva o abandono dos estudos e a entrada precoce no mercado de trabalho com pouca qualificação.

TABELA 12: TAXAS DE APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO – 1998 – PARANÁ

DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO	
	TX APROVAÇÃO	TX REPROVAÇÃO	TX APROVAÇÃO	TX REPROVAÇÃO
Federal	86,6%	6,8%	44,0%	6,0%
Estadual	82,3%	6,3%	76,3%	6,2%
Municipal	84,0%	10,3%	n.d	1,4%
Particular	95,4%	2,2%	89,7%	3,4%
Total	84,0%	7,8%	77,1%	5,9%

FONTE: SEED, 2001.

Esta distorção idade-série começa a surgir mais intensamente a partir da 5ª série, quando a taxa de abandono dos estudos se mostra mais evidente (7,7%). No ensino médio, esta taxa aumenta novamente, agora para 14,8%. A taxa de reprovação se mostra mais elevada e, conseqüentemente a de aprovação, mais baixa. De 1ª a 4ª série, o abandono escolar é muito baixo (taxa de 1,7%), e não há problemas no que se refere há aprovação ou reprovação de alunos (TABELA 13).

TABELA 13: TAXAS DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO – DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA ESTADUAL – PARANÁ – 2000

NÍVEIS DE ENSINO	TAXAS		
	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO
Ensino Fundamental	82,7	10,8	6,5
1ª a 4ª	91,8	6,6	1,7
1ª série	93,3	3,8	2,9
2ª série	94,2	4,3	1,4
3ª série	94,5	4,1	1,4
4ª série	86,8	11,9	1,2
5ª a 8ª	81,6	11,3	7,1
5ª série	78,4	13,8	7,7
6ª série	82,1	11,9	6
7ª série	84,1	10,1	5,8
8ª série	83	8,1	8,9
Ensino Médio	75,2	10	14,8
Educação Geral	75	10,2	14,8
1ª série	66,1	13,4	20,5
2ª série	77,9	9,8	12,4
3ª série	87,2	5,1	7,7
Outros	78,3	5,8	15,9
1ª série	67,9	8,1	23,9
2ª série	74,9	8,3	16,8
3ª série	83,5	5,8	10,7
4ª série	78,9	4,3	16,8
Total Ensino Regular	80,1	10,5	9,4

FONTE: SEED, 2005

Outro indicador importante para a análise da qualidade de ensino é o nível de formação dos docentes, pois este será refletido na qualidade da educação e aprendizado nas escolas.

Na pré-escola, ainda há muitos docentes apenas com o ensino médio, ou seja, apenas 32% apresenta ensino superior. Desde 1991, a formação dos docentes da pré-escola não apresentou evolução significativa. No ensino fundamental, o número de

docentes com o fundamental completo ou incompleto diminuiu bastante. Aqueles com ensino superior representam 66%. No ensino médio, esta porcentagem é de 96% (TABELA 14).

TABELA 14: NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES EXERCENDO ATIVIDADES EM SALA DE AULA - PARANÁ

ENSINO	FORMAÇÃO	FUNÇÕES DOCENTES		
		1991	1996	1999
Pré-Escolar	Fundamental Incompleto	389	175	75
	Fundamental Completo	296	497	337
	Médio Completo	4.490	6.255	7.062
	Superior Completo	3.306	2.816	3.443
	Total	8.481	9.743	10.917
Fundamental	Fundamental Incompleto	2.009	1.462	215
	Fundamental Completo	2.577	2.430	796
	Médio Completo	28.422	28.170	27.755
	Superior Completo	52.082	50.086	55.548
	Total	85.090	82.148	84.314
Médio	Fundamental Incompleto	49	8	0
	Fundamental Completo	35	37	0
	Médio Completo	502	984	1.157
	Superior Completo	14.782	20.227	26.944
	Total	15.368	21.256	28.101

FONTE: SEED, 2001.

A maioria dos docentes com baixa formação escolar atua no meio rural e na periferia dos centros urbanos, onde, normalmente, a educação apresenta qualidade inferior, a renda familiar dos alunos é mais baixa e o nível de escolaridade dos pais é pequeno. Devido a estes fatores, o grau de exigência é baixo, o que desestimula grandes melhorias dentro das escolas.

Observa-se que, apesar da qualidade do ensino paranaense carecer de medidas governamentais, muitos resultados positivos no setor já foram alcançados nos últimos anos. Estes advieram de políticas governamentais para corrigir distorções do sistema de ensino paranaense. Podemos destacar os programas do

Plano de Ação da Educação do Governo Jaime Eerner, com o foco em três fatores principais: permanência e sucesso dos alunos na escola, capacitação dos professores e maior participação das comunidades na vida educacional.

Destaca-se também, no Paraná, o processo de municipalização, o qual os municípios se responsabilizam pela pré-escola e 1^a a 4^a série, além dos benefícios do Fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, “consolidando e tornando mais eqüitativa a distribuição de recursos entre os municípios.” (SEED, 2001)

O FUNDEF permite um melhor controle dos recursos e uma melhor alocação dos mesmos, uma vez que os municípios detectam mais eficientemente seus problemas educacionais do que o governo do Estado. O FUNDEPAR – Fundo Rotativo gerido pelo Instituto de Desenvolvimento da Educação do Paraná – também é uma fonte que permite esta descentralização dos recursos, visto que os repasses são realizados diretamente às escolas.

Um projeto que está auferindo muitos benefícios para a educação no estado é o Projeto de Qualidade no Ensino Público do Paraná – PQE – abrangendo as redes municipal e estadual. Segundo A SEED (2001):

Ao longo do período de sua execução, o PQE viabilizou o desenho de novas formas de atuação do setor educacional no Estado. Entre os destaques encontram-se a avaliação do rendimento escolar, o programa de adequação idade-série, o programa de compra de materiais pedagógicos e livros para bibliotecas escolares e a Universidade do professor.

O PQE é voltado essencialmente para o ensino fundamental. Fogo, para o ensino médio, foi lançado o Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná – PROEM. “O PROEM está estruturado em três sub-programas: melhoria da qualidade do ensino médio, modernização da educação técnica profissional e fortalecimento da gestão.” (SEED, 2001)

3.4. BREVES CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo, foi verificado o quadro socioeconômico do Paraná, e a situação do seu setor educacional. Conforme foi analisado, desde 1970, o Paraná sofreu diversas modificações, com consequências econômicas e sociais. Seu nível de pobreza é pequeno se compararmos nacionalmente. Porém, ainda existem regiões em péssimas condições e famílias vivendo com rendimentos baixíssimos, especialmente nas áreas rurais. A desigualdade também predomina do Estado, com um Coeficiente de Gini de 0,54. A pobreza no estado está presente em todos os municípios, estes localizados tanto em área rural quanto urbana.

No que concerne à educação, o Paraná tem avançado de maneira significativa, em especial no que se refere ao número de matrículas da pré-escola e ensino médio desde princípios da década de 90. No que concerne à qualidade do ensino, ainda carece de medidas, especialmente na qualificação de professores e principalmente em escolas públicas, onde predominam alunos com nível socioeconômico mais baixo, nas áreas rurais e periferias dos centros urbanos.

No capítulo subsequente, será analisada a relação da educação com a redução da pobreza no Paraná. Ou seja, os efeitos de uma melhor qualificação da população no seu nível de bem estar social.

4. EDUCAÇÃO COMO FATOR DE REDUÇÃO DA POBREZA NO ESTADO

Diversos estudos vêm mostrando o papel fundamental da escolarização no desenvolvimento econômico, crescimento da economia e redução das desigualdades sociais. Desta maneira, é importante verificar como este fator pode contribuir no Paraná para diminuir sua pobreza e melhorar as condições sociais da população. Este assunto é objeto de análise dos itens subsequentes.

4.1. EDUCAÇÃO E POBREZA

A educação se mostra cada vez mais importante, pois, no atual estágio do capitalismo, as empresas buscam cada vez mais o progresso tecnológico na produção como uma forma de obterem mais competitividade e se manterem no mercado. Assim, a educação se torna um quesito indispensável para a inserção no mercado de trabalho e pode explicar o nível de renda e desigualdade dos indivíduos.

Entretanto, segundo VERNER (2004, p. 15), seus efeitos positivos para a sociedade em geral ocorrem gradualmente, levando certo período de tempo para que possam ser percebidos. Em contrapartida, os benefícios individuais surgem de maneira mais rápida, principalmente com a possibilidade de obtenção de melhores trabalhos e aumento da remuneração.

Para a sociedade, portanto, a principal consequência negativa é o estágio de pobreza daqueles indivíduos que ainda possuem poucos anos de estudo e, conseqüentemente, não obtêm oportunidades no mercado de trabalho. Muitos estudos revelam a forte correlação entre desigualdade salarial e nível educacional. Conforme constatado por BARROS et. al (2002, p. 3):

A desigualdade entre os níveis de escolaridade dos indivíduos representa a principal fonte da desigualdade salarial brasileira. Na hipótese de eliminação da heterogeneidade educacional obteríamos uma redução de 40% na desigualdade salarial, mostrando que a educação responde por 2/3 de todas as fontes que somos capazes de identificar para explicar a desigualdade observada.

No Paraná, desde a instalação de empresas com tecnologia mais complexa, o mercado de trabalho vem sofrendo tais modificações, especialmente nas grandes cidades. Logo, muitos indivíduos possuem dificuldades de inserção no mercado de trabalho, ou ainda não conseguem salários mais elevados devido à falta de escolarização.

Conforme os dados da TABELA 15, 29,58% dos chefes de família, no Paraná, possuem apenas até 3 anos de estudo. Assim, estes representam 44,17% das que ganham até meio salário mínimo e 39,60% dos que ganham entre meio a um salário mínimo. Em contrapartida, a maioria dos responsáveis que recebem mais de um salário mínimo possui 11 ou mais anos de estudo. Estes números, portanto, revelam a estreita ligação entre salários e anos de estudo. Assim, especialmente nas áreas urbanas, os responsáveis pela família que possuem baixa escolaridade encontram dificuldades no mercado de trabalho e acabam se sujeitando a empregos com baixíssima remuneração ou passando a fazer parte do mercado informal de trabalho.

TABELA 15: DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA FAMÍLIA - PARANÁ - 2003

ANOS DE ESTUDO	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)			TOTAL
	ATÉ 1/2	> 1/2 A 1	>1	
Até 3 anos	44,17	39,60	19,15	29,58
4 a 7 anos	39,24	37,66	28,52	33,09
8 a 10 anos	10,21	13,34	16,06	14,14
11 e mais	6,37	9,41	36,28	23,80

FONTE: IPARDES, 2003.

Devido às dificuldades de conseguir emprego, atualmente, é comum muitos adultos que possuem escolaridade baixa procurarem instituições de ensino para

aumentarem os anos de estudo, objetivando obter mais oportunidades no mercado de trabalho.

É importante, portanto, analisar o efeito da educação na redução e combate à pobreza. Nos próximos itens, portanto, será analisada em que intensidade a educação pode contribuir para reduzir o nível de pobreza e melhorar as condições sociais da população paranaense. Para fazer a análise, será utilizado um modelo econométrico de regressão, descrito no próximo item.

4.2. METODOLOGIA

O modelo utilizado no presente trabalho é o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Este, atribuído a Carl Friedrich Gauss, um matemático alemão, parte de uma equação linear com uma ou várias variáveis explicativas. Desta maneira, foram utilizadas, além do fator constante, três variáveis distintas, as quais são importantes para explicar o nível de pobreza da população paranaense. A base de dados foi obtida no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000). Para a obtenção de um resultado consistente, o cálculo abrange todos os municípios do estado do Paraná, somando 399, para o ano de 1991 e 2000.

Na descrição das variáveis da equação, tem-se que, a primeira variável, que delimita a desigualdade, fator essencial quando se trata de pobreza, é o coeficiente de Gini. Este, conforme foi descrito no capítulo 1.2, é definido a partir da curva de Lorenz. Os valores do índice variam entre 1 e zero, sendo mais próximo de 1 quando a distribuição de renda se mostra mais concentrada e, mais próximo de zero, quando esta está menos concentrada. Para realizar a regressão, os valores do índice de Gini foram multiplicados por cem.

Outra variável requisitada foi a porcentagem da população com acesso à água encanada, a qual também é uma variável importante, visto que as pessoas com um nível de renda mais baixo tendem a possuir acesso restrito a infra-estrutura básica, como por exemplo água encanada.

A última variável explicativa e a mais importante, visto que o objetivo do presente trabalho é demonstrar a relação inversa da variável educação com a pobreza, foi definida como a média de anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais de idade. A escolha desta definição se deve ao fato que é neste período em que as pessoas, por possuir poucos anos de estudo, passam a obter dificuldades constantes no mercado de trabalho, tornando-se mais vulneráveis e, portanto, obtendo expectativas de renda menores. Consequentemente, estes indivíduos são inseridos na parcela da população com baixa renda, classificadas como pobres ou indigentes.

Finalmente, representando a variável a ser explicada, foi utilizada a porcentagem da população com renda per capita abaixo de R\$ 75,50, classificadas como pobres ou abaixo da linha de pobreza, e a porcentagem de pessoas com renda per capita menor que R\$ 37,75, definidas como indigentes.

Para medir a elasticidade, foi utilizado o modelo Log-Linear, podendo, a equação, ser expressa da seguinte maneira:

$$\ln Y = \ln \beta_0 + \beta_1 \ln G + \beta_2 \ln A + \beta_3 \ln E + \varepsilon$$

Sendo:

- Y: porcentagem da população com renda abaixo de R\$ 75,50 (quando são mencionados os pobres) ou R\$ 37,75 (ao se tratar dos indigentes);
- G: índice de Gini;
- A: porcentagem da população com acesso a água encanada;
- E: média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais de idade;
- ε : resíduo;
- β : coeficiente de elasticidade;
- Ln: log natural, ou seja, log à base e , em que $e = 2.718$.

Definida a metodologia, no próximo item são apresentadas as regressões para o nível de pobreza e para a parcela de indigentes no Paraná, assim como os seus resultados.

4.3. REGRESSÕES E RESULTADOS OBTIDOS

Na primeira regressão, TABELA 16, analisando o teste F, verifica-se que a mesma é válida. Conforme os resultados obtidos, é possível afirmar que a média de anos de estudo é uma importante variável, quando se trata de explicar a pobreza dos indivíduos. Com um coeficiente de elasticidade de (1.04), significa dizer que elevando a média de anos de estudo da população de 25 anos de idade ou mais em 1 ponto percentual, o nível de pobreza reduzirá em 1.04 pontos percentuais. Ou seja, como já esperado, uma relação inversa. Dado o ano de 1991, a média dos anos de estudo é a principal variável explicativa da equação, ou seja, aquela que gera o maior efeito relativo na pobreza quando alterada. As outras variáveis, embora com menor intensidade, também são essenciais na explicação da porcentagem de indivíduos que possuem uma renda abaixo de R\$ 75.50. O coeficiente de Gini obteve um coeficiente de 0.96, ou seja, se diminuir 1 ponto percentual, obterá um queda de 0.96 pontos percentuais na pobreza. A água encanada obteve um coeficiente menor, de apenas (0.25), atingindo de maneira pouco relevante o nível de pobreza.

Na análise do R quadrado ajustado, observa-se um valor de 0.71. Ou seja, as variáveis apresentadas explicam a pobreza em 70%, um valor relativamente significativo.

TABELA 16: REGRESSÃO, POBRES, ANO 1991

Dependent Variable: Ln POBREZA 1991

Method: Least Squares

Date: 07/27/05 Time: 23:25

Sample: 1 399

Included observations: 399

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	2.380191	0.439197	5.419416	0.0000
Ln Gini	0.958713	0.101043	9.488257	0.0000
Ln Água encanada	-0.247675	0.042425	-5.837901	0.0000
Ln Média anos estudo	-1.037943	0.053076	-19.55571	0.0000
R-squared	0.709205	Mean dependent var	3.880745	
Adjusted R-squared	0.706995	S.D. dependent var	0.340509	
S.L. of regression	0.184317	Akaike info criterion	-0.534348	
Sum squared resid	13.41920	Schwarz criterion	-0.494358	
Log likelihood	110.6021	F-statistic	321.1149	
Durbin-Watson stat	2.076536	Prob(F-statistic)	0.000000	

Analisando a porcentagem de pessoas com renda abaixo de R\$ 75.50 para o ano de 2000, TABLLA 17, se observa que a média de anos de estudo para as pessoas com 25 anos de idade ou mais também é muito relevante para explicar o nível de pobreza. Com um coeficiente de (1.6), se esta variável aumentar em 1 ponto percentual, significa dizer que a pobreza cairá em 1,6 pontos percentuais. Para o ano de 2000, o coeficiente de Gini também obteve um resultado significativo, causando um efeito na pobreza de 1.11 pontos percentuais. No caso da água encanada, a qual aumentou sua importância desde 1991, este valor é de (0.44).

O teste F revelou ser significativo ou seja, a regressão é válida. Para aquele ano, o R quadrado ajustado apresentou um valor mais elevado que 1991, 0.81. Logo, para o ano de 2000, estas variáveis explicam em 81% o nível de pobreza.

TABELA 17: REGRESSÃO, POBRES, ANO 2000

Dependent Variable: Ln POBREZA 2000

Method: Least Squares

Date: 07/27/05 Time: 23:30

Sample: 1 399

Included observations: 399

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	3.400542	0.747010	4.552203	0.0000
Ln Gini	1.115757	0.110320	10.11386	0.0000
Ln Água encanada	-0.436630	0.107404	-4.065296	0.0001
Ln Média anos estudo	-1.604191	0.059808	-26.82213	0.0000
R-squared	0.810669	Mean dependent var	3.485183	
Adjusted R-squared	0.809231	S.D. dependent var	0.384903	
S.L. of regression	0.168114	Akaike info criterion	-0.718372	
Sum squared resid	11.16365	Schwarz criterion	-0.678382	
Log likelihood	147.3151	F-statistic	563.7649	
Durbin-Watson stat	1.999890	Prob(F-statistic)	0.000000	

Foi realizada também uma regressão para verificar se estas mesmas três variáveis (coeficiente de Gini, acesso à água encanada e média de anos de estudo) explicam, além da parcela de pobres, também a porcentagem de indigentes (pessoas com renda abaixo de R\$ 37,75) existentes no estado do Paraná.

No ano de 1991, verifica-se pelo teste F que esta regressão é válida. O R quadrado ajustado também obteve um valor significativo neste caso, sendo que as variáveis explicam 70% da parcela de indigentes. Verifica-se que a média de anos de estudo, se elevada em 1 ponto percentual, reduzirá em 1,54 pontos percentuais do nível de indigência, ou seja, seus efeitos se mostram bastante eficazes. Entretanto, para reduzir a parcela dos indigentes, o coeficiente de Gini é o mais relevante. Para obter uma redução de 2,01 pontos percentuais no nível de indigência basta diminuir o coeficiente de Gini em 1 ponto percentual. No caso do acesso à água encanada, os resultados são mais eficazes do que para o nível de pobreza. Para o ano de 1991, esta variável possui um efeito de (0,71) na parcela de indigentes, se elevada em 1 ponto percentual (TABELA 18).

TABELA 18: REGRESSÃO, INDIGENTES, ANO 1991

Dependent Variable: Ln INDIGENTES 1991

Method: Least Squares

Date: 07/27/05 Time: 23:41

Sample: 1 399

Included observations: 399

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.157412	0.806689	-0.195133	0.8454
Ln Gini	2.011603	0.185588	10.83906	0.0000
Ln Água encanada l	-0.707864	0.077924	-9.084003	0.0000
Ln Média anos estudo	-1.540185	0.097487	-15.79888	0.0000
R-squared	0.698344	Mean dependent var	2.964674	
Adjusted R-squared	0.696053	S.D. dependent var	0.614062	
S.E. of regression	0.338541	Akaike info criterion	0.681631	
Sum squared resid	45.27095	Schwarz criterion	0.721621	
Log likelihood	-131.9854	F-statistic	304.8122	
Durbin-Watson stat	2.163968	Prob(F-statistic)	0.000000	

Na análise do ano de 2000, (TABELA 19), observa-se uma regressão também válida, verificada no teste F. Neste caso, o R quadrado ajustado mostra que estas variáveis explicam 78% da variável dependente (porcentagem de indigentes no estado do Paraná). Em 2000, verifica-se o aumento da importância da média dos anos de estudo para diminuir a parcela de indigentes. Neste caso, o efeito é de (2,05). O coeficiente de Gini continua sendo uma variável relevante, com um coeficiente de elasticidade de 2,3. O acesso à água encanada obteve uma elevação da sua importância, reduzindo a parcela de indigentes em 1,31 pontos percentuais, quando elevada em 1 ponto percentual.

TABELA 19: REGRESSÃO. INDIGENTES, ANO 2000

Dependent Variable: Ln INDIGENTES 2000

Method: Least Squares

Date: 07/27/05 Time: 23:39

Sample: 1 399

Included observations: 399

Variable	Coefficient	Std. Lrror	t-Statistic	Prob.
C	2.271023	1.302082	1.744148	0.0819
Ln Gini	2.298543	0.192293	11.95331	0.0000
Ln Água encanada	-1.309774	0.187212	-6.996210	0.0000
Ln Média anos estudo	-2.051900	0.104250	-19.68257	0.0000
R-squared	0.777827	Mean dependent var		2.484057
Adjusted R-squared	0.776140	S.D. dependent var		0.619338
S.E. of regression	0.293033	Akaike info criterion		0.392910
Sum squared resid	33.91794	Schwarz criterion		0.432900
Log likelihood	-74.38554	F-statistic		460.9658
Durbin-Watson stat	1.999365	Prob(F-statistic)		0.000000

4.4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

As regressões efetuadas revelam que as variáveis selecionadas na equação são muito relevantes para explicar a porcentagem de pobres ou indigentes no estado do Paraná.

No caso do nível de pobreza, verifica-se um aumento da importância da média de anos de estudo (de pessoas com 25 anos ou mais de idade) para reduzir a parcela de pobres no Estado, durante a década de 90. Conclui-se também que esta variável é a mais eficiente. Significa afirmar que, para o governo do estado do Paraná diminuir a pobreza existente, deverá alocar mais recursos em educação do que em outros setores, visto que este apresentará resultados mais significativos.

Para combater o nível de indigência no Estado, a educação também revela uma evolução de sua eficácia. Entretanto, para este nível de pobreza, as outras variáveis selecionadas têm uma importância mais elevada. O coeficiente de Gini se

mostra o mais elástico. Entretanto, a média de anos de estudo continua tendo importância.

Estes resultados mostram que a educação é um fator essencial para combater a pobreza no Paraná. Com um aumento no nível educacional, os indivíduos se tornam menos vulneráveis e, portanto, tem a possibilidade de adquirir melhores empregos e um nível salarial mais elevado. Consequentemente, estas pessoas adquirem uma expectativa de renda mais alta, e diminuem o número de pobres e indigentes existentes no Estado. Assim como revelam as regressões efetuadas, com poucos anos de estudo, se torna muito difícil a inserção do indivíduo no mercado de trabalho, visto que este vem se tornando cada vez mais exigente quanto ao quesito nível educacional de seus funcionários.

Portanto, é de fundamental importância que o Governo do Paraná invista seus recursos no setor de educação, e implante políticas para que as pessoas que não possuem acesso ao ensino passem a obter, com o objetivo de combater a pobreza no Estado e melhorar as condições sociais da população paranaense. É importante ressaltar também, o papel fundamental da qualidade da educação nas instituições de ensino, no qual a contribuição dos professores é essencial. Portanto, o Governo deve investir também em profissionais qualificados, que garantam um ensino de qualidade para os alunos.

4.5. BREVES CONSIDERAÇÕES

Conforme analisado, a importância da educação aumentou significativamente nos últimos anos, sendo um pré-requisito para a maioria das empresas, quando contratam seus funcionários. Logo, os indivíduos com um nível de ensino mais elevado apresentam maiores oportunidades no mercado de trabalho, se tornando menos vulneráveis. Desta maneira, os investimentos no setor educacional se tornam essenciais, pois geram benefícios para a população, melhorando suas condições sociais, conforme verificado nas regressões efetuadas.

5. CONCLUSÃO

No Estado do Paraná, a partir da década de 70, ocorreram diversas transformações, de cunho social e econômico. Um processo de urbanização se instaurou no Estado, deslocando a população das áreas rurais para as áreas urbanas. Este processo se desenvolveu simultaneamente com a modernização nas indústrias. Desta maneira, principalmente a partir de 1980, com as grandes aglomerações formadas nos centros urbanos, começa n a haver problemas sociais, como por exemplo, as questões ligadas à infraestrutura, como o aumento de pessoas com acesso restrito a água encanada, saneamento, coleta de lixo e serviços sociais em geral, assim como a questão do desemprego, pois o mercado de trabalho não consegue assegurar emprego para toda a população. Estes fatores favoreceram, especialmente, a desigualdade no Estado, que possui um coeficiente de Gini de 0.54.

Entretanto, o estado do Paraná tem obtido resultados positivos nos últimos anos. Por exemplo, a redução do nível de pobreza no Estado, ou seja, daquelas pessoas que possuem um rendimento inferior a R\$ 75,50, assim como a queda da porcentagem de indigentes, aqueles que recebem uma renda de até R\$ 37,75, que passou de 14,10% em 1990, para 9,26%, no ano de 2000. Na década de 90, também houve um aumento da parcela da população com acesso a serviços básicos, refletindo, assim, uma melhora nas condições sociais da população paranaense.

No Paraná, o nível de pobreza é pequeno, comparado nacionalmente. Porém, ainda há regiões com péssimas condições sociais e famílias vivendo com rendimentos baixíssimos. A pobreza está presente em todos os municípios, estes localizados tanto em área rural quanto urbana. Logo, o Estado ainda carece de políticas governamentais, visando a redução do nível de pobreza e um padrão de vida mais elevado para a população.

Portanto, a educação surge como uma forma de reduzir a pobreza existente no Estado. A importância da educação para o desenvolvimento econômico da sociedade, há muito tempo já era citada por estudiosos. Porém, somente na década

de 60, a partir dos trabalhos de Theodore Schultz, esta questão obteve destaque, com a Teoria do Capital Humano. A educação, portanto, passa a ser vista como uma forma de capital, e assim, uma alternativa para elevar a renda dos indivíduos, reduzindo a pobreza e a desigualdade. Desde então, muitos países iniciaram investimentos intensivos no setor da educação, com o objetivo de melhorar o padrão de vida da população.

No Paraná, o setor de educação tem avançado de maneira significativa desde princípios da década de 90, quando o governo federal implementou políticas objetivando a universalização do ensino. Além de gerarem resultados relevantes, as políticas criaram contornos novos para este setor. Portanto, sob a ótica quantitativa, o Paraná evoluiu de maneira significativa durante os anos de 90, exceto no ensino fundamental. No que concerne à qualidade do ensino, o Estado ainda carece de medidas. A qualificação dos professores ainda é muito reduzida, especialmente nas escolas públicas, nas áreas rurais e periferias dos centros urbanos, onde predominam alunos com nível socioeconômico mais baixo.

Apesar do maior acesso da população ao ensino, ainda há muitos adultos e pais de famílias, com um nível educacional baixo, que apresentam dificuldades por não atender às exigências do mercado de trabalho, permanecendo desempregados. Estes, portanto, acabam pertencendo à parcela da população dita pobre ou indigente.

Assim, conforme foi verificado nas regressões efetuadas, no Paraná, o aumento na média de anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais de idade pode reduzir, de maneira significativa, a parcela de pobres e indigentes. Verificou-se também, que na década de 90 o setor de educação obteve um aumento de sua importância, intensificando seu efeito positivo no que se refere à pobreza. Assim, analisando os dados de 2000, um aumento de 1 ponto percentual na média de anos de estudos reduz em 1.6 e 2.05 pontos percentuais a porcentagem de indivíduos pobres e indigentes, respectivamente.

Portanto, é possível afirmar que com um nível educacional mais elevado, os indivíduos adquirem mais oportunidades no mercado de trabalho. Tornam-se menos

vulneráveis e, conseqüentemente, elevam suas perspectivas de renda.

Apesar da importância da redução da desigualdade e um maior acesso aos serviços básicos, para que o Governo melhore as condições sociais na população paranaense, é essencial alocar recursos no setor de educação. Desta maneira, além de auferir benefícios para o indivíduo em particular, também causará efeitos positivos para o Estado, permitindo, com o combate à pobreza, um maior desenvolvimento socioeconômico.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. L. de; CARVALHO, R. *Educação e Desenvolvimento Humano: uma questão reatada*. 2000. Disponível em: <<http://www.alast.org/PDF/Gallart/EyT-I emosdeAlmeida.PDF>> Acesso em: 03 mai 2005.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/TemasEspeciais/especiais.php>> Acesso em: 20 ago 2005.

BARROS, R. P., HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. *Pelo Fim das Décadas Perdidas: Educação e Desenvolvimento Sustentado no Brasil*. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

BATISTA, W. B. *Educação à distância e o refinamento da exclusão social*. 2002. Disponível em: <http://www.revistaconecta.com/conectao3/wagner_refinamento.htm>. Acesso em: 01 abr 2005.

CASTRO, D. *Paraná: Economia, Finanças, Públicas e Investimentos nos anos 90*. Brasília: IPEA, 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 20 ago 2005.

CATTANI, A. D. Teoria do Capital Humano. Disponível em: <www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto_link.asp?cod_link=223&cod_chave=3&letra=c>. Acesso em: 15 jul 2005.

CECCATO, E. V. *A Educação no Paraná – anos 90*. Curitiba, 2000. 98 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

CRAWFORD, R. *Na Era do Capital Humano*. São Paulo: Atlas, 1994.

FERES, J. C; MANCERO, X. *Enfoques para la Medición de la Pobreza. Breve Revisión de la Literatura*. Santiago: Cepal, 2001. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/> Acesso em: 19 jul 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Ensino segue desigual no país, revela Enem*. 2003. Disponível em: http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_noticias/noticias_educacao/id211103.htm Acesso em: 10 ago 2005

GUJARATI, D. N. *Econometria Básica*. São Paulo: Makron Books, 2000.

HOFFMANN, R. *Distribuição da Renda no Brasil: poucos com muito e muitos com muito pouco*. In: DOWBOR, L; KILSZTAJN, S. *Economia Social no Brasil*. São Paulo: Senac, 2001

HOFFMANN, R. *Mensuração da Desigualdade e da Pobreza no Brasil*. In: HENRIQUES, R. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

IOSCHPE, G. *Um Terço dos Analfabetos foram à Escola e saíram de lá sem saber ler e escrever*. 2004. Disponível em: <http://noticias.aol.com.br/revista/materias/2004/0026.adp> Acesso em: 15 ago 2005.

IPARDES. *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM- 2000*.

Anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba: 2003. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/ipardes/>> Acesso em: 15 ago 2005

IPARDES. *Famílias Pobres no Paraná*. Curitiba: 2003. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/ipardes/>> Acesso em: 15 ago 2005

IPARDES. *Paraná. Diagnóstico Social e Econômico*. Curitiba: 2003.

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 01 set 2005.

MEIER, G; RAUCH, J. E. *Leading Issues in Economic Development*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MOURA, R. *Paraná: Meio Século de Urbanização*. Curitiba: UFPR, 2004. Disponível em: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/raega/includer/getdoc.php?id=83&article=61&mode=pdf>> Acesso em: 21 ago 2005

PAUGAM, S. *A Desqualificação Social. Ensaio sobre a Nova Pobreza*. São Paulo: Educ, 2003. p. 45 – 56.

RELATÓRIO Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD, 2004.

ROCHA, S. *Alguns Consensos sobre a Questão da Pobreza no Brasil*. In: DOWBOR, L; KILSZTAJN, S. *Economia Social no Brasil*. São Paulo: Senac, 2001.

ROCHA, S. *Estimação de Linhas de Indigência e de Pobreza: Opções Metodológicas no Brasil*. In: HENRIQUES, R. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 94 – 99.

ROCHA, S. *Renda e Pobreza – Medidas Per Capita versus Adulto-Equivalente*. IPEA, 1998. Textos para discussão nº 609.

SAEAMA, P; DESTREMAU, B. *O Tamanho da Pobreza*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SALAMA, P; VALIER, J. *Pobrezas e Desigualdades no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1997. p. 25 – 26.

SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 2002.

SCHULTZ, T. *O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHWARTZMAN, S. *Estatísticas da Pobreza*. 1997. Disponível em: <www.schwartzman.org.br/simon/statpob.htm> Acesso em: 25 abr 2005

SEED. *Dez Anos de Educação no Paraná*. Curitiba: 2001.

SEED. *Números da educação no Paraná*. 2005. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/eie/index.html>> Acesso em: 8 set 2005

SEN, A. K. *Sobre Conceptos y Medidas de Pobreza*. 1992. Disponível em: <http://www.eumed.net/coursecon/economistas/textos> Acesso em: 07 ago 2005.

TEIXEIRA, J. F. *Conhecimento Tecnologia e Organização: Evolução, Conflitos e Perspectivas*. Disponível em: <http://www.senae.br/informativo/BTS/242/boltec242b.htm>> Acesso em: 07 ago 2005.

VERNER, D. *Education and Its Poverty-Reducing Effects: The Case of Paraíba, Brazil*. Brasil: Banco Mundial, 2004.